

4 ANÁLISE DOS DISCURSOS DE CAIRO E BEIJING:

Neste capítulo, analiso os discursos sobre mulher proferidos nas Conferências do Cairo e de Beijing. Entendo que a análise do discurso das Conferências da ONU sobre as mulheres é relevante para uma compreensão mais adequada da construção do espaço político contemporâneo. A diversidade que caracteriza o discurso e a ação dos atores nas Conferências Internacionais, em especial o feminismo internacional, é um exemplo de uma característica geral da política internacional contemporânea que os modelos teóricos e as práticas centradas em um único discurso ou ator soberano parecem ignorar.

Os discursos que a seguir analiso são declarações, resoluções, plano, plataforma de ação e outros documentos das referidas Conferências, bem como editoriais e artigos de participantes das Conferências e de jornalistas que cobriram os eventos. A escolha destes discursos se baseou na sua relevância para ilustrar a diversidade dos argumentos, atores e visões defendidas em Cairo e Beijing. Busquei, assim, contemplar a maior parte dos debates que se colocaram nas duas Conferências, apresentando os discursos que os sustentavam. Ressalto, ainda, que o critério disponibilidade dos discursos também foi adotado, já que o tempo e os recursos da pesquisa não me permitiram ter acesso à totalidade das fontes discursivas das duas Conferências. Entendo que a minha análise apresenta as Conferências Internacionais do Cairo e de Beijing a partir de uma dimensão particular. Não pretendo, portanto, afirmar que as poucas linhas abaixo escritas esgotam as alternativas de compreensão dos dois fóruns internacionais. Todavia, penso que a minha abordagem das Conferências Internacionais contribui para o entendimento da política internacional contemporânea.

4.1 Os discursos de Cairo – “direitos reprodutivos” em pauta:

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento aconteceu no Cairo (Egito), de 05 a 13 de setembro de 1994. Tal Conferência é parte do

Ciclo de conferências sociais e econômicas organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 90 do século XX. Segundo os dados oficiais da ONU, a Conferência do Cairo, que a partir deste momento denomino “Cairo”, registrou oficialmente cerca de 11.000 (onze mil) participantes entre representantes de governos de pelo menos 180 Estados, membros de organizações e de agências especializadas do sistema das Nações Unidas, de organizações intergovernamentais, da imprensa e representantes de organizações não governamentais (a maioria dos participantes).

A Conferência sobre população e desenvolvimento ocorreu no contexto internacional de legitimação da ONU como espaço de mediação entre atores estatais e setores organizados da sociedade civil. As Conferências da década de 90 despertaram um entusiasmo em relação aos rumos da política internacional. Os participantes das Conferências do “ciclo social” entenderam que a integração entre Estados (atores privilegiados na ONU) e sociedade civil era o movimento que configurava uma nova forma de pensar a política internacional. A ONU, neste aspecto, desempenhou um papel importante, ampliando a agenda de discussões, bem como abrindo espaços para que diferentes setores da sociedade civil tivessem voz. Dessa forma, os participantes do Cairo viram a Conferência como uma forma legítima de recriar as diretrizes políticas sobre população e desenvolvimento.

Diante deste contexto, fizeram-se presentes no Cairo vários setores da sociedade organizada, buscando dar visibilidade a seus discursos sobre a política internacional. Além da participação de praticamente todos os Estados membros, estiveram em Cairo representantes de instituições financeiras, de organizações ambientais, feministas, desenvolvimentistas e religiosas. A partir deste momento, apresento os discursos de atores que se destacaram nas discussões de Cairo. A análise que realizo busca compreender de que forma tais discursos entenderam identidade e diferença, sempre tomando como princípios da ação discursiva a ética da soberania e a ética da solidariedade.

4.1.1

O discurso das organizações não governamentais feministas:

Desde o Rio de Janeiro (1992), as organizações feministas vinham se mobilizando para fazer aprovar a sua agenda no espaço político da ONU. A cada

Conferência, nas reuniões preparatórias e nos comitês regionais, as feministas apresentavam suas propostas, identificavam limitações, diferenças, barreiras e conflitos do feminismo enquanto ator internacional. Em Cairo, o esforço feminista consolidou uma abordagem de gênero para as discussões sobre população e desenvolvimento. Segundo Scampini (2001, p.50), mulheres de organizações do Sul e Norte trabalharam em conjunto para que o documento final da Conferência contemplasse a saúde e os direitos reprodutivos como eixos centrais das discussões em Cairo. Tal movimento, segundo Scampini (2001), representou uma mudança de paradigma no que concerne à compreensão das Relações Internacionais, uma vez que reconhece o vínculo entre vida reprodutiva das mulheres, equidade de gênero e desenvolvimento sustentável.

As ONGs de mulheres pressionaram os representantes de Estado a discutir uma nova abordagem sobre os temas população e desenvolvimento. Desde as reuniões preparatórias, os movimentos e organizações de mulheres buscaram inserir um corte de gênero nas discussões internacionais sobre população, desenvolvimento e planejamento familiar. Apresentaram argumentos consistentes que mostraram que qualquer política populacional e desenvolvimentista deveria levar em consideração a disparidade de poder entre homens e mulheres. Na maioria dos Estados, o papel da mulher na reprodução desconsiderava sua inserção social como cidadã e agente capaz de livremente dispor sobre seu corpo. Dessa forma, predominavam políticas coercitivas ou simplesmente omissas que condicionavam o papel social das mulheres à sua natureza reprodutora¹³. São alguns exemplos destas políticas: o controle de natalidade compulsório através da ligadura de trompas, a baixa escolaridade das mulheres, a falta de informação e acesso a métodos contraceptivos seguros, a falta de acesso à educação sexual e ao atendimento médico adequado, o planejamento familiar unilateral, entre outros¹⁴.

Os movimentos e organizações de mulheres tiveram fundamental participação na Conferência Internacional do Cairo. A centralidade da agenda feminista num fórum que se propunha a discutir a relação entre população e desenvolvimento inaugurou novos olhares sobre questões como pobreza,

¹³ Para dados estatísticos sobre os problemas reprodutivos enfrentados pelas mulheres no mundo, vide anexo n.5.

¹⁴ Os problemas reprodutivos mais frequentes foram obtidos a partir de material divulgado pela ONG *The Center for Women's Global Leadership*, publicado em 1999 e patrocinado pela agência da ONU UNIFEM (agência especializada em políticas internacionais para mulheres).

igualdade, liberdade de escolha e especialmente sobre desenvolvimento sustentável. Se alguma expressão sintetiza os debates mais importantes em Cairo, esta expressão é direitos reprodutivos. Tal expressão representou a síntese do que as feministas, nas suas diversas representações, vinham discutindo no plano internacional, na década de 90. O conceito de “direitos reprodutivos”, defendido em Cairo, significou a consolidação de uma visão social da reprodução humana, que se contrapunha à concepção estritamente natural que dominava os debates internacionais sobre população até então.

O impacto da inclusão de um capítulo sobre direitos reprodutivos no Plano de Ação de Cairo deslocou o foco da Conferência para o *status* da mulher no espaço internacional. Ao propor uma visão social da reprodução humana, construída a partir dos princípios da liberdade e igualdade, Cairo legitimou um conceito de população baseado na responsabilidade compartilhada por homens e mulheres. O conceito de direitos reprodutivos desnaturalizou o processo reprodutivo, socializando a responsabilidade pela concepção. Dessa forma, não apenas as mulheres foram responsabilizadas pela concepção, mas também os homens, os Estados e a sociedade civil. A reprodução deixou de ser entendida como um fenômeno natural para ser vista como um fato social. Assim, uma vez socializada e compartilhada a responsabilidade por todos os setores da sociedade, a mulher deixou de ser escrava do próprio corpo. O conceito de direitos reprodutivos veio romper com os paradigmas que restringiam a participação política da mulher a partir de seu papel reprodutivo. Boa, falando do contexto africano, ilustra esta idéia, afirmando que as próprias mulheres pensam seu valor social a partir de sua função reprodutiva:

Entretanto, são cada vez mais numerosas as mulheres que se exprimem sobre essa questão. Elas desejam ser as protagonistas da sua fecundidade, bem como se beneficiarem de todos os meios disponíveis para limitar, espaçar, interromper ou dar continuidade a uma gravidez com toda a liberdade, e isso com a informação e assistência médica necessárias.

Porém, o exercício desse direito entra em choque com as normas sociais. Na África, a reprodução é um elemento central na organização de sociedades que estabelecem um vínculo entre *status* da mulher e progeneritura numerosa. As próprias africanas interiorizaram a norma. Elas querem filhos para lhes ajudar nas tarefas materiais, para aumentar seu poder no interior do casamento face às outras mulheres ou à sua bela família, e para garantir-lhes uma segurança na velhice. Nesse contexto mais amplo, não é nada fácil estabelecer um nexo positivo entre *status* feminino e planejamento familiar (Boa, 1995, p.15).

De acordo com o discurso feminista em Cairo, quando a reprodução é entendida como um fenômeno natural para o qual corpo da mulher se destina, o papel social da mulher se limita às suas características físicas. Seu corpo é o determinante dos limites de sua participação social, pois traz em sua natureza imutável impedimentos ao exercício pleno da cidadania. Portanto, a reprodução, nesta concepção natural, serve para justificar políticas discriminatórias contra as mulheres. As justificativas se traduzem por diversos modos: pela religião, por tradições culturais, pela ciência e por políticas públicas. De qualquer forma, todas estas justificativas sempre partem do princípio que os limites à inclusão social plena das mulheres estão no seu próprio corpo.

Para que a voz das mulheres fosse ouvida e gerasse resultados nas discussões em Cairo, foi preciso superar barreiras e diferenças dentro do próprio feminismo. Esta foi a percepção da maioria das mulheres que estiveram em Cairo e nas reuniões preparatórias. A unidade que o discurso feminista apresentou em Cairo não foi uma tarefa fácil de conseguir. Em alguns casos, diferenças ideológicas e econômicas foram insuperáveis. Houve alguns movimentos divergentes da proposta feminista defendida pela maioria daquelas que participaram da preparação e da Conferência propriamente dita. Todavia, a maioria das organizações fez um esforço para se unir em torno de um discurso que favoreceria a todas, formalizado na declaração *Vozes das Mulheres para 1994*. Esta declaração teve como objetivo pressionar os representantes governamentais a introduzir os direitos reprodutivos na pauta de Cairo. Feministas da África, da Ásia, das Américas do Norte e do Sul, da Europa do Leste e do Oriente Médio se uniram para pressionar os seus respectivos governos, apresentando propostas e projetos bem sucedidos de saúde reprodutiva em que estavam envolvidas, bem como dados estatísticos sobre a condição das mulheres nos seus respectivos países (Motihar, 1994). Sendo assim, a palavra de ordem do movimento feminista em Cairo foi unidade. Algumas questões até então centrais e delicadas (a dicotomia Norte/Sul especialmente) foram secundarizadas pela necessidade de se fazer ouvir uma voz coletiva das mulheres no cenário internacional (Sen & Correa, 1999, p.3)

Para modificar a condição de subordinação das mulheres a políticas populacionais patriarcais, o grupo mais influente de feministas (*Vozes das Mulheres para 1994*) defendeu a legitimação e implementação dos direitos reprodutivos como direitos humanos. Ou seja, direitos básicos, invioláveis e

indivisíveis, sem os quais não é possível alcançar a condição de dignidade humana. A articulação de tais organizações de mulheres com os Estados foi produtiva tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Ao final da Conferência, mais de 2/3 (dois terços) dos Estados participantes, entre eles os EUA, os membros da União Européia e seus aliados americanos, africanos e asiáticos defenderam e aprovaram o conceito de direitos reprodutivos:

The empowerment and autonomy of women and the improvement of their political, social, economic and health status is a highly important end in itself. In addition, it is essential for the achievement of sustainable development. The full participation and partnership of both women and men is required in productive and reproductive life, including shared responsibilities for the care and nurturing of children and maintenance of the household. In all parts of the world, women are facing threat to their lives, health and well-being as a result of being overburdened with work and with their lack of power influence. In most regions of the world, women receive less formal education than men, and at the same time, women's own knowledge, abilities and coping mechanisms are often unrecognized. The power relations that impede women's attainment of healthy and fulfilling lives operate at many levels of society, from the most personal to the highly public. Achieving change requires policy and programmed actions that will improve women's access to secure livelihoods and economic resources, alleviate their extreme responsibilities with regard to housework, remove legal impediments to their participation in public life, and raise social awareness through effective programmes of education and mass communication. In addition, improving the status of women also enhances their decision-making capacity at all levels in all spheres of life, especially in the area of sexuality and reproduction. This, in turn, is essential for the long-term success of population programmes (Plano de Ação de Cairo, cap. IV, p.17).

4.1.2

O discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados católicos da América Latina:

Em Cairo, um grupo de Estados se uniu para apresentar um discurso homogêneo, que influenciou o rumo dos debates na Conferência. Formou-se uma identidade discursiva entre Estados muçulmanos, o Vaticano e os Estados católicos da América Latina. Embora islamismo e catolicismo tenham se afirmado, em muitos momentos históricos, como discursos excludentes, fundados em princípios incomunicáveis, constituíram, em Cairo, um consenso marcado pela unidade. Esta identidade entre muçulmanos e católicos, descoberta em Cairo, fundou-se especificamente na questão da condição das mulheres. Inicialmente declarado pelo Papa, o discurso acerca dos papéis sociais femininos determinados pelos textos sagrados, foi sendo referendado e repetido por cada um dos líderes islâmicos presentes à Conferência em tela (Royals, 1994, p.2). O discurso que

católicos e muçulmanos defenderam em Cairo trouxe de volta à arena política os fundamentos do discurso medieval, que destaquei no primeiro capítulo, acerca da diferenciação de papéis entre homens e mulheres. Além dos fundamentos religiosos da posição que defendiam, o discurso declarou a soberania estatal como valor maior na definição das política internacional. O Vaticano e seus aliados católicos e muçulmanos se colocaram especialmente contra a agenda de saúde e direitos reprodutivos. Tal agenda, segundo o discurso destes Estados, apresentava-se em desacordo com os modelos culturais e religiosos que definiam suas políticas nacionais para as mulheres.

De acordo como Royals (1994, p.2), a identidade entre Vaticano, Estados muçulmanos e latino-americanos católicos se constituiu a partir da noção de especificidade cultural, que ganhava relevância nos debates internacionais. Não obstante a pluralidade de visões sobre a política internacional que cada um destes Estados propagava, o respeito a culturas e valores éticos particulares se consolidou como um forte elo entre eles. O discurso acerca da necessidade de considerar a particularidade na política internacional, repensando os modelos universais como dimensões de poder, respondeu aos anseios de Estados que buscavam redefinir seus papéis políticos no plano internacional:

Entre os 182 Estados que participaram da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento, transcorrida no Cairo entre 5 e 13 de setembro passado, o Vaticano, Malta e uma dezena de Estados da América Latina fizeram reservas ao documento final, o qual, todavia, havia sido muito modificado em relação à sua versão inicial. Esses Estados se recusaram a subscrever as passagens que tratavam da sexualidade, da ‘defesa da vida’ e de tudo aquilo que aos seus olhos pudesse parecer com uma legitimação do aborto.

Por outro lado, uma dezena de Estados muçulmanos, mesmo aprovando o conjunto do documento final, se opuseram a tudo aquilo que pudesse, de uma maneira ou de outra, autorizar sexualidade fora do casamento e educação sexual dos adolescentes (Ghazi, 1995, p.1).

Os Estados que defenderam os valores católicos e muçulmanos perceberam que partilhavam de uma visão comum sobre ao papel social da mulher. O discurso destes Estados descreveu a mulher a partir de sua função principal, qual seja a reprodução. A mulher foi entendida como um ser naturalmente preparado para a procriação. Sua participação social devia, portanto, estar subordinada ao seu papel central de reprodutora. Tal visão, em Cairo, se colocou nos debates da Conferência a partir de dois referentes: a religião e a soberania nacional.

A religião, tanto pela perspectiva católica quanto pela muçulmana, serviu de instrumento para rejeição de qualquer resolução que garantisse às mulheres a total disposição de seus corpos. O Vaticano, Malta e a maioria dos Estados muçulmanos destacaram que o conceito de direitos reprodutivos era incompatível com os valores religiosos que propagavam. Em especial, colocaram-se contra qualquer discurso feito em favor da liberdade feminina para definir a sua sexualidade e sua reprodução. Rejeitaram as idéias e expressões que pudessem legitimar, segundo suas interpretações, relações sexuais fora do casamento e entre pessoas do mesmo sexo, bem como sugerir a legalização do aborto. A posição apresentada pelo Irã ilustra esta idéia¹⁵:

Iran has two observations on the chapter II. The chapter does not take into consideration the role of different beliefs and religions. Islam stipulates that the basic requirements of the mother throughout life must be provided for. Different muslim educational and family systems have not been referred to in the document. Seminars should be held on religious concerns.

There are certain gaps in the text which have required Iran to express its reservations on the chapter. The chapter refers to sexual relations outside the marriage. The reference seems to permit such activities, in contravention of Iran's laws. Also, the mention of "safe sexual behaviour" is unacceptable. Sexual education for adolescents would only be fruitful if the material were proper and chosen by parents and included informations on diseases, among other issues.

In the Arabic translation of the text, there is an incorrect translation of chapter IV. The text should read "men and women have equitable rights in different fields". As written now - "equal rights" - the text did not take into consideration the difference in potential of the two sexes (grifos meus) (Reservas apresentadas pelo chefe da delegação iraniana em Cairo).

A soberania nacional também foi utilizada para reforçar o discurso dos Estados que se colocaram contra os direitos reprodutivos. A soberania de cada Estado, a partir de seu sistema jurídico, foi apresentada como impedimento legítimo para a rejeição de termos que garantiam a liberdade das mulheres para dispor de seu corpo. Um exemplo desta posição é a declaração do Equador¹⁶:

Such terms as 'fertility regulation', 'interruption of pregnancy', 'reproductive health', 'reproductive rights', and 'undesired children' which could imply abortion, are not acceptable. It also express reservations on certain concepts that are against nature (grifo meu) and which could be in conflict with constitutional principles. Ecuador does not accept anything which will violate its sovereignty, Constitution or laws (grifo meu) (Reserva declarada pelo chefe da delegação do Equador em Cairo).

¹⁵ Para outras declarações que afirmam a incompatibilidade dos modelos religiosos católico e muçulmano com a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres, vide anexo n.3.

¹⁶ Para outras declarações invocando a soberania nacional como justificativa para a rejeição dos direitos reprodutivos, vide anexo n.3.

O discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e da América Latina expressou a soberania a partir de dois referentes: a religião e o Estado. Conforme apresentei no primeiro capítulo, estes discursos vieram ao longo da história restringindo a participação política das mulheres. A soberania nacional e a religião se constituíram como fundamentos de discursos centrados na ética da soberania. Tais discursos serviram de justificativa para as reservas apresentadas por cerca de 40 (quarenta) Estados que participaram da Conferência do Cairo quanto ao conceito de direitos reprodutivos. O argumento central dos representantes daqueles Estados, levantado inicialmente pelo Vaticano, foi a incompatibilidade daquele conceito com seus sistemas nacionais, culturais, religiosos e éticos. Afirmaram-se defensores de valores e crenças que representavam, de forma justa, todos os seus cidadãos. Declararam a necessidade de se fazer respeitar as particularidades religiosas e culturais, bem como a soberania de cada membro da Comunidade Internacional. Sendo assim, reconheceram apenas parcialmente a relevância dos direitos reprodutivos, restringindo o seu alcance:

While the conference in Cairo reconfirmed a commitment to women's health, the right of a woman's self-determination to her own body alarmed many of the world's religious and political establishments, including lobbying groups for population control. As a result, although the *Programme of Action* does recognize the right to health care generally and acknowledges reproductive health as a necessary part of women's equality, it fails to include a specific right to abortion or to a woman's self-determination over her body (Mertus, Flowers & Dutt, 1999, p.67).

Os direitos reprodutivos garantem à mulher o direito à disposição total sobre seu corpo e sexualidade. Tal visão, defendida e sustentada pelas organizações não governamentais de mulheres, despertou um contra-discurso particularista, centrado numa noção estática de especificidade cultural e religiosa. No discurso dos Estados muçulmanos, do Vaticano, e dos Estados católicos da América Latina foi recorrente o uso dos vocábulos: “religião”, “tradição”, “soberania”, “Constituição”, “leis”, “costumes” e “valores”. Tais vocábulos foram apresentados pelos chefes das delegações nacionais como condições e características permanentes que constituíam identidades nacionais uniformes e estáticas. Este discurso representou a exaltação da soberania nacional como centro da vida social. Exaltou a primazia de uma identidade nacional soberana, unidimensional, que silenciava outros espaços políticos de articulação identitária. Com isto, os Estados muçulmanos, o Vaticano e Estados católicos latino-

americanos declararam aceitar o consenso de Cairo, mas, na prática, recorreram ao discurso da soberania para legitimar visões que restringiam a participação social das mulheres.

4.1.3

O discurso da Europa, dos EUA e de seus aliados americanos, africanos e asiáticos:

No nível estatal, o debate sobre direitos reprodutivos em Cairo foi amplamente favorável à posição defendida pelos Estados europeus, pelos EUA e por seus aliados asiáticos, americanos e africanos. Tal posição se pautou no discurso das ONGs feministas em favor dos direitos reprodutivos. O documento final, que consagrou dois capítulos à melhoria do *status* das mulheres a partir da saúde e dos direitos reprodutivos, foi resultado de uma ampla legitimação dos direitos reprodutivos como aspectos fundamentais da relação entre população e desenvolvimento.

Em Cairo, além dos aspectos culturais e religiosos envolvidos no debate sobre direitos reprodutivos, as relações de poder entre EUA e seus aliados, de um lado, e Estados muçulmanos (sustentados pelos argumentos do Vaticano), de outro, estiveram em questão. O debate sobre universalismo e particularismo se fez presente na Conferência do Cairo. Os muçulmanos denunciaram que o consenso de Cairo significava a "ocidentalização" dos debates sobre população e desenvolvimento. Afirmavam que a "voz muçulmana" havia sido silenciada pelo pretenso universalismo dos direitos reprodutivos:

While the U.S. and others seem to be doing backflips to accommodate the Holy See, Muslim countries complain that their point of view has been ignored. 'This conference and this draft plan of action has provoked controversy because it doesn't focus on the problems that face the Third World countries,' said Pakistan's Shahnaz Wazir Ali, Benazir Bhutto's special assistant on the social sector. 'A vision of the world which is predicated on a Western view of the world has been propagated. And since a large part of the world does not subscribe to a Western view of the world and the Islamic countries have an Islamic culture and system of life, we feel we should be able to talk about the issues that concern us. And these issues do not concern us (Griffin, nota de imprensa sobre Cairo disponível no "site" onecountry.org, setembro, 1994).

Por outro lado, os EUA defenderam, em Cairo, uma posição progressista claramente em acordo com as diretrizes liberais da política externa do governo Clinton. Os democratas, vencedores das eleições presidenciais, tinham uma dívida

eleitoral com os setores minoritários da sociedade civil norte-americana, em especial com as ONGs feministas, bem como com os organismos financeiros que patrocinavam programas de planejamento familiar nos Estados do Sul. Assim, a posição defendida em Cairo pelos EUA, plenamente favorável aos direitos reprodutivos, não foi gratuita. A Conferência foi um importante instrumento de consolidação da política norte-americana no plano doméstico. A sustentação de uma posição hegemônica no cenário internacional, a partir de uma mudança política, também foi uma preocupação dos norte-americanos. A legitimação de um novo modelo de expansão política, através da universalização da política norte-americana fez parte da agenda dos EUA para Cairo. Dessa forma, a legitimação dos direitos reprodutivos em Cairo representou para os EUA a consolidação da política Clinton, tanto no nível doméstico, quanto no nível internacional:

No caso da potência hegemônica, os Estados Unidos, o debate sobre direitos reprodutivos e o direito individual de escolha em questões de contracepção e aborto, por exemplo, são amplamente reportadas. Esta área de questões chega a ser, inclusive, um dos marcos divisórios entre Republicanos e Democratas, sendo os primeiros identificados como *anti-choice* e os últimos como *pro-choice*. A derrota dos Republicanos e a eleição do Democrata Bill Clinton significaram uma virada no discurso e ação norte-americanos na área de população, onde passou a vigorar uma combinação entre a absorção por parte do governo norte-americano das demandas oriundas de sua sociedade com a posição hegemônica que tem os Estados Unidos no sistema internacional e particularmente nesta área de questões, onde este país atua como o maior financiador internacional para programas de planejamento familiar e controle de natalidade nos países do Sul. Tal combinação resultou em uma forte presença norte-americana nos debates do Cairo no sentido de defender que as propostas formuladas pelas mulheres naquele país fossem universalizadas e tornadas válidas para todos os países (Mello, 1997, p.83).

O debate sobre direitos reprodutivos dentro dos EUA tornou mais complexa a compreensão da Conferência do Cairo. A mera subordinação das discussões de Cairo a uma disputa por influência e prestígio norte-americano na arena internacional não se sustenta. Os representantes norte-americanos, além das pressões externas (o discurso particularista do Vaticano, dos Estados muçulmanos e de alguns Estados católicos da América Latina), enfrentaram uma forte resistência doméstica à posição que defenderam em Cairo. Republicanos, ligados aos setores de meio ambiente e população, fizeram duras críticas à posição defendida pelos EUA. Afirmaram que, ao incorporar o discurso feminista, os EUA haviam se distanciado das demais dimensões relevantes do debate sobre população e desenvolvimento. Haviam legitimado uma política parcial que privilegiava as mulheres, mas ignorava problemas ambientais e populacionais

mais urgentes. O discurso da assessora do Secretário de Meio Ambiente e População ao Congresso norte-americano, dois meses antes do início da Conferência, ilustra esta idéia:

One hears a constant refrain: this is a new and broader approach to population policy. It isn't really new. Improvements in the educational and economic status for women contribute to fertility decline, and the correlation has long been recognized. Population advocates have an interest in women's status, and in investments to achieve it.

What is new is the fixity with which militant feminist groups are attempting (a) to subvert the existing "narrow" population programs, and (b) to divert resources and attention from population programs to women's issues.

The question is: how far should U.S. policy commit itself to the proposition that the way to stop world population growth is to put our money and effort into women's rights and women's programs? (...)

(...) The Programme calls for universal health care, universal primary education, jobs, and leadership roles for women, in a time when unemployment is rising, national budgets are caught in the increasing costs of dealing with pollution and unemployment and their consequences, living standards are declining, and many governments are impotent in the face of overwhelming immediate problems. You cannot spend enough to achieve those goals when you don't have enough even now. You must identify those things that will do most to match the reality with the dream. (...) I would urge that at Cairo the U.S. Government ignore most of the rhetoric to which it has contributed, and that it look before it leaps to change the way the international population issue is approached (Discurso de Lindsey Grant, em julho de 1994).

Diante da complexidade política que envolveu a definição da posição norte-americana para Cairo, o papel das ONGs feministas deve ser ressaltado. Havia, conforme apresentei, restrições externas e internas à adoção de uma política de direitos reprodutivos. Todavia, o *lobby* das ONGs feministas foi fundamental para a definição da política dominante em Cairo. Elas convenceram os representantes norte-americanos, os europeus e os aliados americanos, africanos e asiáticos que o reconhecimento dos direitos reprodutivos e da melhoria da condição das mulheres era a agenda fundamental a ser defendida em Cairo. Mostraram que a perspectiva de gênero era uma importante e inovadora ferramenta para lidar com os problemas populacionais e de desenvolvimento.

4.1.4

O discurso das organizações não governamentais não feministas:

A Conferência de Cairo contou com participação de várias dimensões da sociedade civil. Num fórum que se propunha a discutir uma agenda de população e desenvolvimento, as mais diversas representações da sociedade civil queriam

fazer ouvir a sua voz em Cairo. Destacaram-se os desenvolvimentistas, os ambientalistas, bem como os especialistas em imigração, migração, população e segurança internacional. Entre ativistas e acadêmicos, todos tinham uma agenda específica para abordar em Cairo. As diversas dimensões da sociedade civil buscaram, dentro de sua área particular, demonstrar a relevância do seu argumento para a agenda final de Cairo. Dessa forma, o que se viu foi um embate discursivo entre diversas manifestações da sociedade civil para legitimação de visões sobre desenvolvimento e população.

Conforme já ocorrera nas Conferências do ciclo social que antecederam Cairo (Rio 1992 e Viena 1993), a dimensão econômica esteve na pauta central das discussões preparatórias das organizações não governamentais para o Egito. O chamado conflito de interesses econômicos entre Sul e Norte era apresentado como uma barreira ao diálogo entre representantes do Sul e do Norte. Assim, as organizações não governamentais se prepararam para levar o debate sobre as desigualdades entre Sul e Norte para Cairo. No programa preliminar de Ação de Cairo, publicado em julho de 1994, entre as questões fundamentais a serem discutidas estavam a migração interna e internacional, bem como a ligação entre população, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. As organizações não governamentais se prepararam para abordar estas questões a partir da dicotomia Norte/Sul, cada qual com sua abordagem específica que excluía a visão do outro. Quando, em Cairo, esta dicotomia perdeu espaço para pontos de até então pouca relevância internacional, como *status* da mulher, reprodução e família, a visão de alguns grupos habituados ao discurso dos ricos contra os pobres foi de que a Conferência representara um tempo perdido.

As discussões que ocorreram na Conferência, entre 5 e 13 de setembro de 1994, revelaram o enfraquecimento desta polarização entre pobres e ricos. Tal fato se deveu à agenda das ONGs feministas para Cairo, bem como ao forte contra-discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados católicos da América Latina. O debate que centralizou as discussões em Cairo foi a questão da mulher. De um lado, o discurso feminista em favor dos direitos reprodutivos, que se propunha a legitimar a total disposição das mulheres sobre seus corpos. De outro, o discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados católicos da América Latina, que descrevia os direitos reprodutivos como ameaça aos modelos culturais e religiosos. Este debate conseguiu romper com a dicotomia

Norte/Sul nas discussões em Cairo. A maioria dos representantes de organizações não governamentais apoiou o discurso feminista, deixando diferenças econômicas em segundo plano. Dessa forma, organizações e Estados do Sul e do Norte, que divergiam frontalmente em questões como desenvolvimento, crescimento econômico e migração, se uniram em Cairo para fortalecer o discurso em favor dos direitos reprodutivos. Tal movimento foi possível graças ao discurso das organizações feministas, que perceberam que a legitimação dos direitos reprodutivos em Cairo valia o esforço de tornar secundárias suas diferenças econômicas:

Feminist coalitions from the North and South who were present both as official and as NGO delegates at the conference attempted to bridge the division that opposing countries and groups were trying to create between economic justice and gender justice. The Cairo Programme of Action contains some of the most progressive language regarding development more generally, structural adjustment, and the importance of the North's taking a lead with respect to sustainable consumption and effective waste management. Much of this language was either initiated or supported by women delegates and a few Southern governments who opposed the North's intransigence on economic issues as much as they opposed the attack of moral conservative forces on gender justice and women's human rights (Sen & Correa, 1999, p.3).

Segundo Fred Sai (1995, p.2), em entrevista ao periódico “Viver Diferentemente”, Cairo foi “a primeira conferência internacional na qual as clivagens Norte-Sul foram tênues”. A extensão das discussões sobre direitos reprodutivos desagradou as ONGs que se prepararam para o debate Norte/Sul. Conforme afirmaram Sen & Correa (1999), existiam setores da sociedade civil e representantes governamentais que se opunham tanto ao discurso conservador do Vaticano, dos Estados muçulmanos e países católicos da América Latina quanto ao modelo de crescimento e desenvolvimento sustentado pelos Estados do Norte e pelas instituições financeiras internacionais. Para estes participantes, a Conferência do Cairo foi incompleta, uma vez que não foram contemplados os parâmetros que constituem as desigualdades internacionais. Estes grupos, insatisfeitos com os rumos da Conferência, desejavam ter discutido questões como desenvolvimento humano, ajuste estrutural, ajuda aos países do Sul e desigualdades entre países ricos e pobres (Ghazi, 1995, p.1). A centralidade dos direitos reprodutivos, assim, frustrou os representantes de algumas ONGs e Estados do Sul, que esperavam que os debates de Cairo se colocassem em outros termos:

A Conferência do Cairo deveria examinar as questões ligadas à pobreza que aflige 1 bilhão de pessoas no mundo, isto é, um quinto da humanidade, atribuindo-lhe a mesma importância que ao desafio demográfico. Mas o debate não aconteceu. No final da Conferência, numerosos quadros das ONGs e representantes do Sul não escondiam sua decepção. Simplificando um pouco o debate, eles se lamentaram particularmente sobre o fato de que a Conferência tenha consagrado “dez dias ao aborto e somente dez minutos ao desenvolvimento (Ghazi, 1995, p.1).

Em Cairo, portanto, as organizações não feministas e Estados do Sul se dividiram. Por um lado, apoiaram a legitimação dos direitos reprodutivos como marco teórico para pensar a reprodução humana a partir de uma nova perspectiva. Por outro, lamentaram que o debate Norte/Sul não se destacasse na conferência, ignorando questões, que na ótica deles, se configuravam em fundamentais ferramentas para combater as desigualdades e a pobreza. Assim, saíram com a percepção de que seus discursos haviam sido ignorados por um tempo excessivo dado ao debate sobre direitos reprodutivos.

4.1.5

O Plano de Ação de Cairo – direitos reprodutivos como agenda central:

O documento final da Conferência do Cairo destacou a predominantemente a visão defendida pelas organizações feministas. O Plano de Ação de Cairo legitimou uma abordagem de gênero sobre desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, população, planejamento e composição familiar, saúde, migração e meio ambiente. O Plano de Ação contemplou estas questões relacionadas com a equidade de gênero e com o aumento do poder das mulheres no plano internacional¹⁷.

A participação das organizações feministas, portanto, foi fundamental para a definição do Plano de Ação. Cabe aqui ressaltar que, quando se fala em ONGs de

mulheres realiza-se uma generalização, que esbarra na diversidade e nas divergências das próprias organizações feministas¹⁸. A posição feminista vitoriosa

¹⁷ Para o texto integral do Plano de Ação de Cairo, vide anexo n.1.

¹⁸ A diversidade em Cairo reproduzia as divergências ideológicas do feminismo internacional, expostas no primeiro capítulo deste trabalho (liberais, socialistas, radicais e pós-modernas). De qualquer forma, estas diferenças não se constituíram numa barreira para a legitimação dos direitos reprodutivos. Todas as representações feministas perceberam que os direitos reprodutivos, enquanto garantia da autodeterminação das mulheres sobre seus corpos, era uma agenda legítima

em Cairo, que sustentou o conceito de direitos reprodutivos, tem uma indicação liberal em seus princípios. A defesa da liberdade e da igualdade de condições, aspectos centrais dos direitos reprodutivos, demonstram a compatibilidade da referida concepção com os princípios liberais fundamentais. Também na forma, o Plano de Cairo se aproxima da perspectiva liberal quando privilegia a dimensão jurídica como *locus* da ação política para melhoria da condição das mulheres no plano internacional. Assim, parte de um conceito de indivíduo como agente político abstrato portador de direitos fundamentais que devem ser garantidos e protegidos pelo Estado. A autonomia da mulher enquanto agente político internacional não é discutida. A discussão internacional continua a contemplar os indivíduos no plano internacional como agentes passivos, que incorporam direitos definidos pelos Estados.

A ética da soberania esteve, portanto, no centro das discussões em Cairo. Os discursos que apresentei legitimaram um olhar sobre o espaço político internacional a partir da dicotomia: nós e eles. Os discursos de cada um dos atores de Cairo que destaquei legitimaram a soberania a partir de um determinado referente. O discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos, e de alguns Estados católicos da América Latina se fundamentou, ao mesmo tempo, na soberania do Estado, da cultura e da religião. Tal discurso declarou a legitimidade de modelos culturais e nacionais estáticos, que se apresentaram em oposição aos demais discursos proferidos em Cairo.

O discurso norte-americano, apoiado pela Europa e pelos países aliados americanos, africanos e asiáticos também representou a legitimação da soberania estatal. Para os EUA, a legitimação dos direitos reprodutivos como discurso vencedor em Cairo fortaleceu sua soberania tanto no plano interno quanto externo. No plano interno, a legitimidade internacional diminuiu as resistências e aumentou a confiança dos opositores no modelo político defendido pelos democratas. No plano externo, a defesa dos direitos reprodutivos contra o discurso particularista do Vaticano e seus aliados fortaleceu a liderança norte-americana, bem como acalmou as críticas e pressões internacionais no campo econômico.

e necessária. As divergências se traduziam na forma de legitimação dos direitos reprodutivos, bem como na natureza da ação feminista a partir desta conquista.

As ONGs não feministas e alguns Estados do Sul, a meu ver, foram os que mais perderam, do ponto de vista discursivo, em Cairo. Afirmando a soberania dos mais fracos e pobres como discurso central, viram-se divididos na Conferência de Cairo. Por um lado se colocaram frontalmente contra o discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos países católicos da América Latina, que perpetuavam a estagnação e a exclusão social sob o fundamento do particularismo cultural. Por outro, esperavam legitimar um discurso contra-hegemônico, insurgindo-se contra o modelo econômico dos países do Norte. Dessa forma, entenderam que a Conferência do Cairo não havia avançado no questionamento dos padrões de desigualdade e exclusão social. A percepção das ONGs feministas e dos Estados do Sul acerca dos silêncios do Cairo ocorreu porque tais participantes também subordinavam seus discursos à ética da soberania. Criam que as críticas aos paradigmas dominantes de compreensão de temas como desenvolvimento, imigração, crescimento econômico, políticas de ajuste estrutural somente poderiam ser feitas nos termos que propunham. Ignoraram que a crítica feminista perpassava todas as dimensões da política internacional, reconstruindo a relação entre desenvolvimento e população a partir de um novo olhar.

As ONGs feministas, por sua vez, não obstante as suas diferenças, construíram seu discurso a partir da visão de que a unidade era fundamental para tornar legítima a voz feminista no plano internacional. Também o discurso feminista em Cairo foi um discurso dominado pela ética da soberania. Tal discurso apresentou uma definição particular dos direitos reprodutivos como direitos fundamentais. Dessa forma, pretendeu a universalização de valores particulares. A concepção de direitos reprodutivos, defendida pelas feministas em Cairo, se afirmou como um discurso feminista único, em que a complexidade do feminismo internacional foi silenciada. Em Cairo, as ONGs feministas aceitaram seu papel como lobistas, pressionando os Estados a incorporarem os direitos das mulheres como agenda principal, e, neste ponto, foram muito bem sucedidas. Dessa forma, o discurso feminista acabou por reforçar a centralidade do Estado como ator internacional:

In Cairo and also in Beijing, consensus became possible because G-77 agreed not to speak as a group on economic issues, but as individual countries on matters relating to gender equality, women's rights, reproductive and sexual health, adolescents' health and rights, etc. It became clear to delegates at Cairo that

differences on these latter issues within G-77 between the minority that opposed and the majority that supported them were far too serious to patch over (Sen & Correa, 1999, p.3).

Ainda que o discurso feminista tenha se subordinado ao discurso da soberania estatal, a atuação das feministas em Cairo, pressionando e conseguindo que a maioria dos Estados legitimasse a sua agenda não pode ser ignorada. A centralidade do discurso feminista em Cairo se deveu, em importante medida, ao contexto multidimensional em que os direitos reprodutivos foram apresentados. As feministas deslocaram o foco das discussões sobre desenvolvimento e população do mercado financeiro para as relações humanas. Legitimaram as relações pessoais como questões internacionais, apresentando a liberdade de escolha como ponto de partida para compreender as relações internacionais. Johnson ilustra a relevância do discurso feminista para repensar a questão populacional e o desenvolvimento:

The Population and Development Conference (largely, in my opinion, because of the increased input of the NGO community) did not see the "population crisis" as just a problem of access to family planning, but as a result of the inequity of women in education, health, and economic and political power.

This broader viewpoint brought players from many communities into the debate. These were often players with very different understandings of the issue and, therefore, with very different suggestions for resolution.

While demographers, environmentalists, population "experts", economists, peace and conflict academics, development "experts," migration and immigration "experts," and the Vatican all fought for their particular point of view, and their particular solution to the issue of population, the women's health movement advocates apparently won the day.

Ending women's persistent poverty and dependence, obtaining access to ongoing education for girls and women, and good health care services are all emphasized in the Cairo plan of action. Women feel strongly that a focus on population stabilization unjustly ends up blaming poor women for environmental decline and can result in coercive programs that lead to the abuses experienced in some developing countries (Johnson, 1999, p.1).

Não há como negar que a decisiva participação das organizações de mulheres em Cairo foi um marco para o feminismo no plano internacional. Numa conferência em que se encontravam representantes políticos de grande relevância no cenário internacional, a legitimação dos direitos reprodutivos como ponto fundamental de uma conferência sobre população e desenvolvimento simbolizou uma vitória coletiva das mulheres enquanto agentes políticos. Não obstante a diversidade do feminismo, o fato de se deslocar o olhar do mundo para uma perspectiva de gênero fortaleceu o movimento feminista como um todo. As mulheres apareceram como construtoras de uma realidade internacional

alternativa. Elas definiram o espaço internacional a partir das experiências pessoais, ampliando a dimensão do político e desnaturalizando as relações interpessoais:

Os analistas concordam amplamente que a vitória do marco de análise centrado nos direitos reprodutivos deve ser atribuído em larga medida à ação das ONGs de mulheres, que veio a se constituir, entre as alianças transnacionais de ONGs, como ator vitorioso no Cairo. O deslocamento e a mudança qualitativa na agenda de debates foram tão intensos que muitos analistas e a própria imprensa que cobriu a conferência parecem ter delimitado sua pauta aos aspectos estritamente ligados à reprodução, ao passo que as outras questões da agenda – entre elas o desafio das negociações em torno das migrações internacionais – ficaram totalmente secundarizados. E claro que o Programa de Ação do Cairo abrange muitos aspectos ligados à pobreza, produção e consumo, crescimento econômico, urbanização, meio ambiente – e, até mesmo, pela primeira vez no ciclo de conferências sobre população, o termo desenvolvimento foi incorporado ao nome da conferência -, mas a ênfase que permeia todo o documento final é dada aos direitos reprodutivos. Se é verdade que os documentos finais aprovados em Bucareste e no México vinham incorporando gradualmente as demandas por direitos e equidade para as mulheres, no Cairo a abordagem de gênero é absolutamente central ao longo de todo Plano de Ação (Mello, 1997, p.78).

A centralidade da questão de gênero no debate internacional sobre população e desenvolvimento representou um marco na legitimação das organizações e movimentos de mulheres como atores internacionais. Numa Conferência que não se propunha a discutir especifica e diretamente a condição das mulheres no cenário internacional, a existência de dois capítulos que tratam quase que exclusivamente da relação entre o *status* da mulher no mundo, população e desenvolvimento foi uma significativa vitória. Não obstante as restrições do Vaticano, dos Estados muçulmanos, Estados católicos da América Latina, e de algumas ONGs, ao final, a proposta de uma perspectiva global de melhoria da condição internacional da mulher foi o eixo central do Programa de Ação.

O Programa de Ação de Cairo, ao final da Conferência, representou a consolidação das visões sustentadas pela maioria dos Estados. Todavia, a participação fundamental das organizações feministas revelou-se um grande avanço no fortalecimento de um olhar de gênero sobre a realidade internacional. O consenso de Cairo foi alcançado em grande medida pelo trabalho das feministas junto aos governos nacionais, conseguindo, em muitos casos, integrar as delegações oficiais. Este movimento se verifica, por exemplo, na posição defendida pelo Brasil em Cairo. Um país latino americano, bastante influenciado pela posição católica dominante (inclusive sustentando a ilegalidade do aborto),

defendeu em Cairo uma posição favorável aos direitos reprodutivos. Tal fato se justificou pela forte influência das feministas na posição brasileira:

Ainda que os dados sobre o assunto sejam incompletos, pois o aborto é ilegal (salvo em caso de estupro ou risco para a saúde da mãe), reconhece-se, geralmente, que quando as taxas de natalidade começaram a cair, nos anos 60 e 70, as mulheres faziam uso freqüente do recurso do aborto. Todavia, o aborto era – e continua a ser – uma operação muito arriscada: contam-se aproximadamente 7000 óbitos por ano. Além disso, numa cultura em que a maternidade é venerada, o aborto acarreta para as mulheres um sentimento de profundo abandono, de marginalização e de culpa. Num contexto tal, compreende-se facilmente que as mulheres escolham a esterilização, a fim de evitar os riscos de um aborto e as ‘sanções culturais’ que o acompanham. Se o aborto fosse legalizado e acessível no Brasil, as taxas de esterilização e as escolhas de métodos contraceptivos seriam completamente diferentes. (...) Dado o leque de opções extremamente limitado em termos de meios anticoncepcionais, a esterilização não é exatamente uma escolha. (...) Esta é, portanto, a agenda que permanece atual e prioritária nesta segunda metade dos anos 90. A urgência de implementá-la é tanto mais aguda quando se conhece a posição – francamente favorável – assumida pelo governo brasileiro no Cairo com relação à saúde reprodutiva e aos direitos reprodutivos das mulheres (Correa, 1995, p.6).

Alguns obstáculos, em especial a centralidade da ética da soberania, impediram que fossem colocadas em pauta um número maior de questões importantes sobre desenvolvimento e população. Contudo, a inclusão do conceito de direitos reprodutivos no Programa de Ação e, por conseqüência, no centro da agenda internacional para o desenvolvimento sustentável impulsionou o feminismo internacional para caminhos mais claros e organizados. Tal movimento far-se-ia claro um ano depois na Conferência de Beijing.

4.2

Os discursos de Beijing – soberania e solidariedade na política internacional:

Os rumos indicados pelas organizações feministas em Cairo não foram gratuitos. Desde a ratificação da CEDAW (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*), quando os direitos das mulheres foram reconhecidos como uma questão internacional, os movimentos e organizações feministas ganhavam cada vez mais espaço nas discussões internacionais. A fundamental participação das mulheres em Viena e em Cairo, duas Conferências que não tratavam especificamente da condição das mulheres, legitimou as feministas como atores importantes da política internacional. Portanto, não há como pensar a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (China), em setembro de 1995, sem considerar que esta Conferência foi parte de

um processo mais amplo de afirmação da voz feminista no contexto internacional (Scampini, 2001, p.42). A Conferência de Beijing, que a partir de deste momento denomino “Beijing”, aconteceu paralelamente ao fórum de organizações não governamentais em Huairou, cidade chinesa de pequeno porte. Os números da Conferência atestam a relevância da questão das mulheres no plano internacional. A Conferência de Beijing contou com aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) participantes, sendo mais de 2/3 mulheres, nos fóruns de Beijing e Huairou. Tais números colocaram a Conferência de Beijing entre os maiores fóruns de discussões já organizados pela ONU, senão o maior (Scampini, 2001, p.54).

Diante da relevância deste fórum para política internacional contemporânea, analiso os discursos de atores que participaram da Conferência. Tal análise terá como ponto de partida a relação entre ética da soberania e ética da solidariedade, enquanto princípios constituintes dos discursos no plano internacional. A partir desta análise, busco compreender as práticas discursivas de Beijing em comparação com aquelas que se apresentaram em Cairo.

4.2.1

O contexto da Conferência de Beijing – dificuldades em todas as direções:

Muitos obstáculos cruzaram os caminhos das mulheres até Beijing. A visibilidade e a decisiva participação das organizações feministas nos documentos de Viena e Cairo fizeram com que muitos olhares, até então indiferentes ao feminismo internacional, se deslocassem para a Conferência de Beijing. Dessa forma, durante o processo de preparação, vários obstáculos foram colocados à realização bem sucedida da Conferência. Em primeiro lugar, a escolha do país anfitrião foi interpretada pelas feministas como uma barreira à plena liberdade de expressão. Segundo Bessis (1996), as autoridades chinesas dificultaram ao máximo a chegada e a articulação política das feministas que estiveram na China. Através da negação de vistos, da vigilância policial constante e do deslocamento do fórum das ONGs para uma outra cidade, a China mostrou-se pouco interessada no que as feministas queriam dizer (Bessis, 1996, p.1). Os dirigentes chineses mantiveram as participantes da Conferência longe do convívio com a população local, bem como entrevistaram nos documentos, relatos e declarações produzidos durante o fórum (Correa et al., 1996, p.24).

As feministas ainda se depararam com a omissão da ONU face aos diversos problemas que as autoridades chinesas criaram para a realização da Conferência. A ONU manteve-se, durante todo o processo preparatório, alheia às restrições do governo chinês à participação política efetiva dos atores daquela Conferência. A ONU acatou a maior parte das imposições chinesas, como a transferência do fórum das ONGs para a cidade de Huairou (que dispunha de uma infra-estrutura precária para acomodar as milhares mulheres que lá estavam), e a censura aos discursos e à expressão das participantes do fórum (Correa et al., 1996, p.24).

Uma outra dificuldade enfrentada no caminho até Beijing foi a limitação do próprio discurso feminista. Os principais problemas da agenda para Beijing estavam na falta de uma análise transversal de gênero e de compromisso com relação aos recursos financeiros e à implementação das políticas definidas para Beijing (Correa & Iraci, 1996, p.25). Para que a Conferência efetivamente confirmasse o feminismo enquanto ator internacional, era necessário apresentar perspectivas feministas que contemplassem as diferentes dimensões da vida social, e não somente a realidade específica das mulheres no mundo. Da mesma forma, era preciso apresentar propostas práticas e viáveis de implementação das resoluções internacionais, comprometendo os fundos financeiros internacionais e os Estados com tais propostas.

O discurso do Vaticano e seus aliados, que em Cairo havia se colocado frontalmente contrário à agenda feminista, foi reafirmado em todas as reuniões preparatórias para Beijing. Este discurso se posicionava contra os direitos reprodutivos, que, nesta visão, desvalorizavam a vida humana. Dessa forma, nas reuniões preparatórias, o Vaticano se opôs à agenda feminista para Beijing, defendendo uma perspectiva em favor da vida e contra a liberdade das mulheres. Tal discurso foi definido como “força conservadora” pelas feministas, pois propunha o retrocesso das políticas para mulheres no plano internacional.

Todas as restrições políticas enfrentadas pelas mulheres das delegações oficiais, das ONGs e dos movimentos sociais poderiam ter conduzido a Conferência de Beijing ao fracasso. Contudo, as experiências e os avanços conseguidos nas Conferências anteriores, como Viena e Cairo, permitiram que as mulheres superassem as barreiras e conseguissem se fazer ouvir na China. Os debates sobre a condição da mulher ocorreram tanto em Huairou quanto em Beijing. Assim, a Conferência, que estava ameaçada, acabou por se constituir

numa das maiores Conferências já realizadas pela ONU. O orgulho e a força das feministas diante das dificuldades é ressaltado nas palavras das feministas brasileiras em Beijing:

Se quiséssemos resumir a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em uma palavra, ela seria vitória. Vitória do movimento internacional de mulheres que superou a ineficiência do secretariado, a pressão e a censura do governo chinês e a omissão das Nações Unidas. Desde as reuniões preparatórias, e principalmente às vésperas da realização da Conferência, os problemas foram se acumulando. Para não expor a sociedade às diversas culturas e idéias levadas ao Fórum pelas feministas, o governo chinês trocou sua localização para Huairou. (...) (...) O que os interessados em transformar Beijing num fracasso não contavam era que o sem-número de impedimentos criados se transformasse em senso político de tal natureza, que ir à China se tornou bandeira de luta. Com isso, politizou-se a ida à Conferência, dando-se a ela um peso ainda maior (Correa et al., 1996, p. 24).

4.2.2

O discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados católicos da América Latina:

A coalizão de “forças conservadoras”, liderada pelo Vaticano, se fez presente mais uma vez em Beijing. Os termos do discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e de alguns Estados latino americanos não se alteraram. Desde a aprovação do Plano e Ação de Cairo até o início da Conferência de Beijing, o Vaticano e seus aliados intensificaram a pressão internacional contra os direitos reprodutivos. Afirmaram que a consolidação daqueles direitos representava uma ameaça real à vida humana e aos valores morais e religiosos por eles defendidos. Interpretaram a agenda feminista como uma manifestação em favor do aborto e da liberalidade sexual. Dessa forma, buscaram apresentar sua própria versão acerca dos direitos e garantias das mulheres:

The principle of equality requires that women are provided equal opportunity for education; the principle of complementarity requires that the education of women be tailored to their specific needs and to their natures. Girls and boys have different learning styles, develop at different rates, have different futures awaiting them when they complete their education and make different occupational choices. Educational systems should take these differences into consideration in designing programs which will meet the specific needs of women (grifo meu). In this single sex education should be considered as a positive option, provided the schools for girls are equal in terms of standards and facilities to the schools for boys (Programa Alternativo Católico para Beijing na área específica da educação).

A citação acima é parte de um Programa de Ação Alternativo para Beijing, divulgado e defendido pelo Vaticano¹⁹. Tal programa, em todas as áreas específicas abordadas em Beijing, distingue homens e mulheres a partir de suas características físicas. Este programa defende a subordinação de homens e mulheres à sua natureza. Esta natureza, tida como permanente, determina a existência de papéis sociais distintos, que devem ser reafirmados. Dessa forma, em Beijing, o Vaticano liderou o bloco de Estados que buscou legitimar uma visão natural de mulher.

A maioria das restrições feita aos discursos feministas em Beijing partiu de uma aliança contra os direitos reprodutivos formada por: Vaticano, Malta, Irã, Egito, Sudão, Kuwait, Iraque, Indonésia, Omã, Bahrein, Marrocos, Tunísia, Jordânia, Paquistão, Afeganistão, Bangladesh, Síria, Líbano, Malásia, Líbia, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Catar, Iêmen, Equador, Peru, Argentina, República Dominicana, Costa Rica, Venezuela, Nicarágua, Benin e Honduras (Ghazi, 1996, p.2). Tais Estados se opuseram a qualquer menção a expressões como “orientação sexual” e “direitos da sexualidade”, bem como rejeitaram qualquer proposição que garantisse o *status* de direitos humanos aos direitos reprodutivos. Levantaram mais uma vez a bandeira do particularismo cultural, do respeito aos valores religiosos e à soberania nacional. Desse modo, o discurso destes Estados reforçou e intensificou as críticas aos direitos reprodutivos que haviam sido feitas em Cairo.

4.2.3

Os discursos feministas em Beijing :

Em Cairo, conforme destaquei, o discurso feminista se afirmou a partir de um referente único. O conceito de “direitos reprodutivos” funcionou como um elemento de coesão entre as diversas representações feministas no plano internacional. Tal conceito, fortemente questionado pelo discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados católicos da América Latina, foi uma bandeira comum que as feministas defenderam em Cairo. Todavia, uma vez finalizada a Conferência do Cairo com a inclusão dos direitos reprodutivos no Plano de Ação, o discurso feminista sofreu um descentramento. Incorporados os

¹⁹ Para a versão integral do Programa Alternativo Católico para Beijing, vide anexo n.4.

direitos reprodutivos à política internacional, cada uma das diferentes manifestações do feminismo internacional buscou, em Beijing, ampliar a agenda de discussões das feministas no plano internacional. Dessa forma, o que se viu em Beijing não foi um discurso feminista, mas vários. Destaco, a partir deste ponto, alguns discursos que estiveram no centro dos debates em Beijing.

4.2.3.1

O discurso acerca do gênero como categoria central do feminismo internacional:

Em Beijing, um grupo de feministas defendeu que o conceito de gênero deveria funcionar como centro da ação feminista no plano internacional. Estas feministas criam que a partir do conceito de gênero seria possível pensar os diferentes padrões de exclusão e desigualdade sociais no plano internacional. Tais feministas reconheciam a necessidade de repensar o espaço internacional a partir de referentes mais amplos, que perpassassem várias dimensões da vida social. Para elas, a categoria de gênero cumpria este papel, uma vez que permitia entender as relações sociais como dimensões de poder, em que hierarquias sociais se afirmavam. Dessa forma, a categoria de gênero é importante, nesta visão feminista, não somente para pensar as diferenças entre homens e mulheres, mas em todas as dimensões da vida social:

La transformación fundamental que se produjo en Beijing fue el reconocimiento de la necesidad de traladar el centro de la atención de la mujer al concepto de género, reconociendo que toda la estructura de la sociedad, y todas las relaciones entre los hombres y las mujeres en el interior de esa estructura, tenían que ser reevaluadas (...) La introducción de la incorporación de una perspectiva de género exigía que se examinara nuevamente la sociedad en su totalidad y su estructura básica de desigualdad. Por consiguiente, la atención no se centraba únicamente en la mujer y su condición jurídica y social, sino que se dirigía a reestructurar las instituciones y la adopción de decisiones políticas y económicas en la sociedad en su conjunto (Seção extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em junho de 2000).

Este grupo de feministas buscou, em especial, aplicar a categoria de gênero para pensar os modelos culturais e religiosos, aspectos centrais do discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados católicos da América Latina. A categoria de gênero foi o instrumento destas feministas para garantir as conquistas do Cairo, ameaçadas pela reafirmação do discurso particularista do Vaticano e de seus aliados. O foco das discussões foi deslocado para os papéis sociais diferenciados desempenhados por homens e mulheres nos diferentes modelos

culturais. Já que aqueles Estados “conservadores” queriam tanto tratar de diferença e cultura, que se discutissem estes conceitos por um novo olhar. A partir do conceito de gênero, identidades culturais e religiosas foram questionadas e as diferenças socializadas. Um interessante movimento realizado por estas feministas foi de propor uma análise política das religiões, ou seja, uma abertura de tais modelos culturais, mostrados como estáticos, para o debate internacional:

O ponto principal é que as ONGs deram a entender publicamente que as religiões deixaram de ser um assunto privado e se tornaram um desafio político mundial (...). O islamismo determina as políticas públicas em numerosos países. Seus setores fundamentalistas prosperam com base nas frustrações sociais, e o chefe dos católicos atribui a seus fiéis o dever de ‘desobediência civil’ às leis democráticas. É óbvio que a politização das religiões introduziu novas correlações de força nos debates internacionais. Stálin ironizava: ‘De quantas divisões dispõem as tropas do Vaticano?’ No momento em que as ideologias materialistas desmoronam, Stálin ficaria surpreso ao ver a irrupção de Deus no cenário político mundial (Manier, 1996, p.5).

O discurso feminista centrado na categoria de gênero permite pensar que os espaços sociais são construções que legitimam um projeto político específico. Dessa forma, tal discurso torna possível compreender que espaços privados, como as religiões, são afirmações de uma cultura política e devem ser problematizados. De acordo com este discurso, “o privado é político”. Diante desta afirmação, portanto, uma visão natural e predeterminada de modelos culturais e religiosos não se sustenta. A categoria de gênero permite pensar os diferentes papéis desempenhados por sujeitos sociais nas diferentes culturas. Não há nenhuma característica física e cultural que determine de forma permanente práticas sociais discriminatórias e violentas, a não ser a vontade política. Assim, qualquer modelo cultural e identitário está em constante reconstrução e reprodução e, portanto, aberto a revisões e reformulações. Uma das dimensões do discurso feminista em Beijing, assim, aplicou a categoria de gênero para repensar a instrumentalização política de valores religiosos e culturais no cenário internacional. Apresentou o fortalecimento dos discursos de base religiosa como referencial da ação política internacional. Tal discurso feminista avançou na mera interpretação da coalizão entre católicos e muçulmanos como uma aliança religiosa, defensora de uma moral conservadora. Muito além da discussão sobre família e concepção, esteve o desejo do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados católicos da América Latina de fortalecer um espaço alternativo e soberano de articulação política na ordem mundial. Tais Estados se apresentavam no cenário internacional como

defensores de um particularismo contra-hegemônico, que reafirmava a ética da soberania enquanto princípio da ação política:

No catolicismo, a doutrina católica moderada e sensata tem sido escondida do público. Somente a doutrina extremamente conservadora tem sido apregoada mundo afora, principalmente pelo Vaticano. Esta perspectiva também é intensamente defendida no âmbito das Nações Unidas, onde o catolicismo é a única religião a ter direito a voz e voto como se fora uma nação. E apesar de haver perspectivas mais moderadas, e inclusive mais liberais, sobre planejamento familiar - que são completa e inteiramente católicas -, o Vaticano tem sido muito ativo na defesa da perspectiva de restrição absoluta com relação aos métodos contraceptivos. A partir da posição privilegiada que ocupa nas Nações Unidas e em conjunto com as nações 'católicas', o Vaticano estabeleceu alianças com nações conservadoras da religião islâmica, e juntos conseguiram proibir qualquer referência à contracepção e ao planejamento familiar na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992. Por sua vez, esta aliança obstaculizou as negociações na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e impediu qualquer discussão racional sobre o aborto. (...) Esta súbita harmonia entre o Vaticano e os estados islâmicos conservadores é interessante. Durante catorze séculos a relação entre eles foi tempestuosa a ponto de provocar guerras e perseguição. Nesta época, abortos eram realizados, embora este fato não tenha produzido qualquer amizade ecumênica. Será que o assunto é realmente o feto? Ou será que estes dois baluartes patriarcais se uniram em face de um novo perigo: uma população de mulheres livres e autodeterminadas? Na minha opinião, é a misoginia que explica esta nova aliança (Maguire, 1995, p.1-2).

O discurso feminista centrado na categoria de gênero não se restringiu à crítica ao discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e Estados católicos da América Latina. A perspectiva de gênero proposta por estas feministas, em Beijing, pretendeu legitimar um olhar diferente e crítico sobre todas as dimensões da política internacional. A crítica específica à utilização das religiões e culturas como instrumentos de perpetuação de ordens sociais excludentes e discriminatórias foi de fundamental importância para a construção do documento final da Conferência. Esta crítica destacou que a diversidade cultural deve ser reconhecida e respeitada, mas não pode, em nenhuma hipótese, ser usada como pretexto para discriminar qualquer indivíduo²⁰. O enfraquecimento do discurso particularista religioso, a partir do olhar de gênero, foi uma das conquistas de Beijing:

Confirmando sua influência crescente no cenário mundial, os núcleos mais conservadores das duas grandes religiões monoteístas do mundo – o islamismo e o catolicismo (com um bilhão de fiéis cada uma) – proclamaram definitivamente, em Beijing, a primazia dos valores religiosos em relação aos direitos fundamentais

²⁰ Idéia extraída do documento final do XVI Congresso da organização não governamental "SIW" (Socialist International Women, em setembro de 1996).

defendidos pela ONU e pelos países leigos. No transcurso das negociações em torno da plataforma de ação, os estados leigos, em sua maioria, porém não exclusivamente, ocidentais, reafirmaram que nenhuma cultura e nenhuma religião podia justificar a negação das liberdades elementares (Manier, 1996, p.5).

4.2.3.2

O discurso sobre a necessidade de se fazer ouvir “as vozes do Sul”:

Um outro grupo de feministas, em Beijing, apresentou um discurso centrado na crítica particularista ao conceito de gênero. Tal particularismo se definia em termos distintos daquele defendido pelo Vaticano, Estados muçulmanos e Estados católicos da América Latina, uma vez que as feministas nas suas diferentes representações rejeitavam pontos fundamentais do conservadorismo e do naturalismo defendido por aqueles Estados. Este grupo de feministas particularistas era formado, especialmente, por mulheres ligadas à resistência do Sul, ainda que não somente. Tal grupo legitimava um discurso centrado na necessidade de se considerar as particularidades de cada região do mundo na definição de políticas e modelos cognitivos para as mulheres. Entendiam que muitos pontos definidos como direitos universais, bem como alguns paradigmas teóricos que serviam de base para a elaboração de documentos internacionais em favor das mulheres, representavam valores e modelos cognitivos ocidentais, que não se aplicavam ao contexto de muitos Estados do Sul. Um modelo cognitivo atacado por este grupo de feministas foi a categoria de gênero. De acordo com estas feministas, o conceito de gênero, embora se apresente como um modelo sociológico capaz de dar conta das diferenças sociais em todos os níveis, desconsiderava as desigualdades reais entre mulheres do Sul e do Norte:

Mais recentemente, a abordagem de gênero, criada pelas mulheres do Norte, analisa as diferenças sociais entre os sexos. Ela tem a vantagem de colocar em evidência as necessidades tanto dos homens quanto das mulheres (...). Mas também existe o risco de efeitos perversos. Muitas pesquisadoras se questionam, atualmente, se a abordagem de gênero, devidamente apropriada pelas grandes instituições, não acabaria servindo somente para assegurar uma melhor gestão da força política das mulheres. Assim, quem pode garantir que o Banco Mundial, que utiliza a divisa de investir nas mulheres para a eficácia dos projetos, a partir de agora não se esforçará para utilizar a abordagem de gênero nos programas de ajustamento estrutural visando o aumento de sua eficácia? Outra ressalva a fazer: o conceito de gênero, em si, é um modelo importado. (...) Não se deveria transformar a abordagem de gênero em um dogma totalizador para todas as mulheres do mundo (Malpede, 1996, p.26).

Uma das principais críticas do discurso feminista particularista foi a de que o conceito de gênero era um modelo teórico que atendia exclusivamente ao contexto dos Estados do Norte. Dessa forma, quando tal conceito era incorporado pelas feministas do Sul, silenciava as diferenças e servia aos interesses econômicos e políticos dos Estados do Norte e das instituições financeiras internacionais. Neste ponto de vista feminista, o conceito de gênero incorporava os modelos desiguais e patriarcais que mantinham o papel secundário da mulher na ordem mundial. A vida das mulheres, em especial as do Sul, tornava-se moeda de barganha nas negociações entre instituições internacionais e Estados patriarcais. O modelo de desenvolvimento sustentável, que incluía a promoção do bem-estar das mulheres no mundo, servia aos interesses dos Estados e instituições internacionais para consolidar a não legitimação da mulher como agente político. A mulher desempenhava um papel restrito neste modelo de desenvolvimento. Ela não era vista como agente do desenvolvimento, mas apenas um instrumento de legitimação dos interesses das instituições patriarcais.

De acordo com este discurso, portanto, o avanço da agenda feminista passava pelo rompimento com os padrões discursivos do feminismo internacional dominante. O discurso feminista particularista questionava a eficácia do conceito de gênero, que servira de ponto de partida para definição de políticas públicas para a melhoria da condição das mulheres no mundo. Nesta visão, era preciso desvincular a ação política das mulheres no plano internacional das categorias gênero e desenvolvimento sustentável. Era necessário abrir espaço para que as mulheres pudessem recriar sua participação no desenvolvimento mundial a partir de suas próprias experiências e particularidades, rompendo com as estruturas vigentes. As desigualdades se afirmavam a partir de diversos referenciais (classe, nacionalidade, raça, etnia) e, portanto, deveriam ser atacadas através de múltiplos olhares:

It is in this context that we should affirm that women's movements and organisations should not allow 'gender equity' to be used to obscure the inequity between nations, classes, and races. We should ensure that the various issues confronting the majority of women in the world are not reduced only to the issue of gender discrimination.

(...)The Beijing conference once more spelled out to us that the fragmentation of the different issues confronting oppressed peoples all over the world will mean the

further perpetuation of an unjust world order. We should not allow women's issues to be depoliticised as the powers-that-be wish.

The road towards achieving gender equity will be a long one. But if we insist on addressing holistically all the oppressions based on race, nationality, class, and gender, we can make the road shorter. More dialogues and struggles within the women's movement need to be done. Beyond this is the healthy partnership which women's movements should build with other social movements.

We should not allow the women's movement to be co-opted. The PFA should not be used to justify the further imposition of conditionalities to countries who do not wish to be homogenised with the inequitable rules of the New World Order. The diversity of organisations and issues which women have advanced is a rich base from which we can build upon to confront the existing power structures perpetuating the poverty and discrimination of women (Tauli Corpuz, Third World Ressurgence, Setembro/Outubro, 1995).

Esta visão crítica da participação das mulheres no desenvolvimento mundial representava um contra-discurso aos ajustes sociais propostos pelas instituições internacionais e Estados fortes. Reafirmava a soberania de cada Estado e segmento organizado da sociedade para definir suas políticas sociais, sem que houvesse a imposição de modelos universais. Tal discurso alcançava uma grande legitimidade nos movimentos sociais e organizações não governamentais do Sul, que se insurgiam contra o desenvolvimento de “fora para dentro” ou de “cima para baixo”. O discurso feminista particularista chamava atenção para ao fato de que a política para mulheres deveria ser definida por mulheres, de acordo com suas diferenças e particularidades, e não imposta por visões restritas de alguns grupos de mulheres do Norte e instituições internacionais. Dessa forma, destacava a importância da afirmação da soberania das mulheres do Sul na definição de suas políticas particulares:

The Beijing conference also brought out important differences between women's groups in the rich countries and the developing countries. Northern groups tend to focus more on individual rights of women, whereas many Southern groups whilst recognising the importance of these individual rights also stress the problems faced by women as a whole due to social, structural and global factors. (To be fair, there are also a number of Northern-based women's groups that take up these structural and global issues).

Practically all women's groups in the South as well as the North would agree on the importance of fighting against rape and violence against women, trafficking of women, sexist portrayal in the media, and discrimination on the basis of sex. They all ask for the improvement of women's status in health, education and work.

These are indeed the nitty-gritty and daily issues that define the identity and activities of most groups fighting for women's rights, and rightly so.

However, many Southern-based women's groups also place their struggle against gender inequalities within the overall context of social and global problems and inequities. They see issues such as poverty, lack of jobs and basic facilities,

exploitation at work, and social inequities at national and global levels as critical (Editorial do Periódico “Third World Ressurgence”, setembro/outubro, 1995).

O discurso feminista particularista entendia o discurso feminista dominante no plano internacional como a consolidação da posição particular das ONGs feministas norte-americanas, sustentada e incorporada pelos Estados do Norte e pelas instituições financeiras internacionais. As Conferências da ONU, portanto, vinham confirmando o papel central desempenhado pelos Estados do Norte e ONGs norte-americanas na definição da agenda internacional do movimento feminista. Dessa forma, as únicas vozes efetivamente ouvidas tinham sido as das mulheres e instituições do Norte. Os documentos internacionais, assim, possuíam alcance restrito, pois não contemplavam as diferentes visões acerca de direitos humanos e das desigualdades de gênero das mulheres do Sul. A história de luta e de conquistas do feminismo no plano internacional era a história de uma única dimensão do movimento feminista:

The narrowing of women's health rights to reproductive rights was another issue which drew criticism from the Secretary General of the women's conference, Gertrude Mongella, who said 'Sometimes when people highlight reproductive rights, they make me feel like a little womb.'

The NGO Forums at all earlier women's conferences were concerned with synthesising and developing the concerns that women have in their daily lives and around which they organise on the ground. The spontaneous gathering and expression of diverse strands of the women's movement has constantly brought up new issues in a constantly changing world.

(...)The Beijing conference was full of paradoxes, conflicts and contradictions. The World Bank which has been the architect and implementor of SAPs was also the leading agency talking of reducing the 'gender gap'. The US which pushed the Uruguay Round of GATT to weaken the role of national governments in regulating commerce inequality and injustice was the champion in Beijing of the demand that these incapacitated governments guarantee 'gender justice' and 'gender equality'.

It is clear that the new world order based on deregulated commerce and free trade will create a global apartheid, and an unbridgeable gulf between those who participate in the global economy and those whose local livelihoods have been destroyed and whose very survival is threatened. There can be no gender justice in a world of global apartheid when the social and political structures to protect the weak have been dismantled as 'barriers' to free trade or as 'inefficient' or 'wasteful' in the market logic of profitability. When people's right to food, health, education and shelter are being undermined through the free market ideology, how can women be guaranteed access to food, health and education?

'Gender justice' is an empty slogan in a period where there is no place for justice between rich and poor, the powerful and the weak, among human beings and among nations (Shiva, Third World Ressurgence, Setembro e Outubro de 1995).

O discurso feminista particularista propunha um modelo de feminismo internacional em que as vozes marginalizadas fossem ouvidas. De acordo com

este discurso, o feminismo internacional não podia se centrar apenas em um aspecto da subjugação das mulheres. As diversas vozes, em diferentes contextos, deviam se fazer ouvir. A crítica permanente que desse visibilidade as diferenças e desigualdades materiais e ideológicas entre as mulheres era a principal bandeira deste discurso feminista. Nesta concepção feminista, somente quando todas as dimensões da luta feminista fossem contempladas (como classe, nacionalidade, cultura, etnia e raça), e não somente as relações de gênero, o feminismo internacional constituir-se-ia num instrumento de transformação efetiva da realidade das mulheres nos diferentes espaços sociais (Malpede, 1996, p.26).

4.2.3.3

O discurso sobre a solidariedade feminista:

Um terceiro grupo de feministas se destacou nas discussões de Beijing. Estas feministas apresentaram um discurso que se propunha a redefinir as identidades e as diferenças feministas a partir de um novo olhar. Tal discurso não buscou ilegitimar os dois outros discursos feministas que apresentei aqui, mas compreendê-los através de uma lógica diferente. Dessa forma, propôs reler a categoria de gênero, afirmando a sua relevância para a compreensão da política internacional. Do mesmo modo, contemplou as diferenças entre as feministas através de uma nova ótica, entendendo que a diversidade não representava obstáculo ao feminismo internacional.

Este grupo de feministas viu que era necessário reler as diferenças econômicas, sociais, políticas e ideológicas presentes no feminismo internacional. Para tais feministas, a constatação de que o feminismo internacional era diverso e marcado por contradições materiais não necessariamente pressupunha um afastamento entre as feministas. A diversidade podia servir, de acordo com este discurso, para desestabilizar identidades e modelos cognitivos que limitavam o conhecer e o agir político a fronteiras intransponíveis. Tais fronteiras sociais, nesta visão, reforçavam dicotomias e intensificavam conflitos sociais, imobilizando a ação social. Para este discurso, as diferenças e desigualdades entre sujeitos sociais não podiam, nem deviam, ser ignoradas, sob pena de generalizar e

simplificar a ação social a um discurso de poder específico. Todavia, estas diferenças não podiam servir ao propósito de negar o valor do diferente e impedir a autocrítica. Nenhum padrão de identificação se construía e se sustentava por si só, mas sempre a partir de uma relação dialética com o outro. Assim, de acordo com esta concepção, o fato de as feministas se criticarem mutuamente gerava uma instabilidade ao feminismo, que reforçava a sua relevância enquanto ator internacional. Para o discurso solidário, quando as feministas apresentavam o espaço internacional e si mesmas como diversas e desiguais, abriam as portas para se fazer incluir nesta ordem multidimensional. Contudo, se as feministas repetiam os padrões de exclusão e as dicotomias que as silenciaram ao longo da história, reforçavam sua marginalização na ordem internacional contemporânea:

“A imagem que fica do Fórum, e que se estenderá ao longo da próxima década, é esta: o reconhecimento do caráter internacionalizado do movimento feminista e a consciência de que somos todos/todas tocados (as) por diferentes problemas e necessidades diversas. E isso exige estratégias políticas diversas para necessidades específicas” (Correa et al., 1996, p.25).

Tal discurso, defendido por muitas feministas do Sul, afirmava que o feminismo internacional deveria contemplar a solidariedade como princípio da ação política. As diferenças e as desigualdades não podiam legitimar a indiferença e o isolamento de algumas dimensões do feminismo. A categoria de gênero não podia ser ignorada e abandonada simplesmente porque era defendida pelas feministas do Norte. Para o discurso solidário, tal categoria devia ser entendida de forma multidimensional, tendo em vista as diferenças entre as mulheres em todo o mundo. Não há, dentro desta visão, apenas um modelo de desigualdade de gênero, e, neste ponto, o discurso que via na mera importação do conceito do Norte uma forma de perpetuação de modelos de desigualdade tem razão. A desigualdade entre homens e mulheres tinha diferentes faces e dimensões no globo. Dessa forma, o conceito de gênero deveria estar, de acordo com este discurso solidário, a todo o momento sendo redefinido a partir da interação entre culturas, instituições sociais, padrões mínimos de dignidade humana definidos internacionalmente, experiências coletivas e subjetivas das mulheres nos diferentes espaços sociais. Abandonar totalmente o conceito de gênero, entretanto, representava um retrocesso no movimento feminista no plano internacional. Significava fortalecer os discursos particularistas, que sustentavam desigualdades, discriminação e torturas através da soberania da cultura. E isto era o que a maioria das mulheres

em Beijing não queria. Abaixo o discurso de uma feminista, especialista em África, acerca da importância do conceito de gênero enquanto ferramenta teórica para lidar com as dificuldades materiais das mulheres nos países mais pobres:

O questionamento feminista se exerceu sobre o patriarcado, o trabalho, a produção e a reprodução e sobre os itinerários sociais sexuados. Ele trouxe à tona principalmente uma nova problemática: o conceito de gênero que deu sentido às diferenças biológicas reconstruídas pela cultura e pela história. A África não pode ficar de fora desse debate. Certamente, o processo de colonização fez com que as africanas se responsabilizassem por lutas mais políticas que feministas dentro dos partidos nacionais ou dos movimentos armados. Face às urgências da independência, elas seguiram o caminho ditado pela participação no desenvolvimento econômico, sem se questionarem sobre as relações homens/mulheres, que eram consideradas, na época, como complementares.(...) Hoje ainda, o poder masculino predomina amplamente no controle da sexualidade e da fecundidade das mulheres. Não reconhecer a desigualdade nesse nível é recusar às mulheres o domínio de seu corpo e de seu próprio destino. As estratégias de desenvolvimento na África não podem mais ignorar a crítica ao papel dos sexos. Se as variáveis históricas, políticas, econômicas, culturais são essenciais, as das relações sociais e genéricas também o são. Corre-se o risco, já existente, de ver os Estados, as agências de desenvolvimento e o sistema das Nações Unidas considerá-las como secundários. O segundo risco é o da perpetuação da exploração das mulheres... sob o pretexto de valorizar seus esforços. Finalmente, o terceiro, que não é pequeno, é o de ver as mulheres falarem sozinhas e se descobrirem em um gueto (Sow, 1996, p.27-28).

O conceito de gênero, segundo destaca esta analista, era um importante mecanismo para quebrar o silêncio em relação às desigualdades sociais entre homens e mulheres. A adoção de políticas baseadas na perspectiva de gênero nos Estados do Sul permitia confrontar a exploração e submissão das mulheres, legitimando as desigualdades entre homens e mulheres como uma questão social relevante. Se as mulheres do Sul se comunicavam pela linguagem que as instituições internacionais e Estados do Norte entendiam, deixavam de ser uma fraca voz minoritária no seu contexto específico e conseguiam efetivamente fazer a diferença na vida de muitas mulheres que enfrentavam o subdesenvolvimento. Este movimento, de acordo com o discurso solidário, podia ser feito sem que as necessidades e as reivindicações locais fossem ignoradas. Nesta perspectiva, o conceito de gênero se construía a partir da interação entre políticas globais e ações locais (Bunch, 1999, p.2).

A diversidade entendida a partir da solidariedade permitiu compreender que as diferenças não impediram o diálogo e a integração entre diferentes

representações do feminismo internacional. As feministas, que buscaram se ouvir a partir da ética da solidariedade, perceberam que havia muito a aprender umas com as outras. O questionamento de suas próprias identidades e o melhor entendimento de suas diferenças modificou a visão das feministas sobre o papel do feminismo na política internacional. O sentimento das feministas brasileiras após a Conferência ilustra este novo olhar sobre o feminismo internacional:

O desafio de cumprir as agendas mundial, nacional e locais, socializando a informação e as decisões, foi vencido pelas mais de 300 brasileiras que chegaram à China com poucos recursos da Cooperação Internacional. O amadurecimento desta articulação conseguiu quebrar uma histórica distância do Brasil em relação ao seu próprio continente, fazendo com que as brasileiras se sentissem, de fato, parte da América Latina e do Caribe. Esse espaço de entendimento e de (previsíveis) desentendimentos acabou por desvendar que o movimento feminista não é um. São vários e diversos (Correa, 1996, p. 25).

4.2.4

A relevância dos atores estatais e a Plataforma de Ação de Beijing:

A participação dos Estados em Beijing foi bem menos determinante no documento final do que em Cairo. Os Estados mais uma vez estiveram divididos em torno da legitimação dos direitos reprodutivos e da sexualidade. Conforme apresentei acima, o discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados católicos da América Latina se afirmou a partir da defesa de um particularismo centrado em modelos culturais e religiosos soberanos. Em contrapartida, os demais Estados mantiveram a mesma posição que haviam defendido em Cairo, qual seja, favorável aos direitos reprodutivos.

As Conferências da ONU consagravam um modelo estadocêntrico, em que cada Estado individualmente participava da construção do documento final. Dessa forma, o documento final representava um consenso, sobre o qual podiam recair reservas de qualquer um dos Estados participantes. Esta estrutura das conferências restringia a participação dos atores não estatais nas resoluções finais. Em Beijing, além desta dificuldade, as ONGs feministas tiveram que enfrentar a distância entre o seu fórum e a Conferência oficial:

And finally, a concern rather than a lesson. A major problem at Beijing was the distance, both physical and psychological between the NGO Forum and the official conference. While the majority of women concentrated on the NGO forum, the few at the official conference had to work hard to prevent backsliding from Cairo and Vienna. Conservative forces tend to lie low in the NGO events and to save their energy for the official conference – the exact opposite of what women's NGOs

tend to do. There should therefore be more systematic planning to link the non-governmental and official events, so that the energy and ethos of the former can be brought to bear on the latter (Sen & Correa, 2000, p.6).

Ainda assim, em Beijing, o que se viu foi que os Estados participaram muito pouco da construção do documento final²¹. Diferente do Cairo, onde a maioria dos debates esteve centrada nos Estados, as discussões em Beijing se articularam a partir de múltiplas direções. As ONGs de mulheres, não obstante a distância entre Huairou e Beijing, foram os atores principais do consenso de Beijing. Isto se deu porque as feministas, que foram incorporadas às delegações nacionais e que observaram o fórum oficial, promoveram a interação entre um fórum e outro. Tais feministas tomavam ciência dos discursos e debates que se colocavam em Huairou, buscando incorporá-los ao documento oficial. Ao mesmo tempo, não deixavam de exercer seu papel como lobistas diante dos Estados na Conferência oficial. Cumprir este duplo movimento, diante das dificuldades físicas e ideológicas, não foi nada fácil para as feministas que estavam em Beijing. O esforço do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados latino-americanos católicos em retomar os debates de Cairo (apresentando uma centena de reservas aos direitos reprodutivos e sexuais) desgastou as feministas que participaram da Conferência oficial. Todavia, as feministas, apesar deste desgaste, se afirmaram como principais construtoras da visão política legitimada no consenso de Beijing:

In both the Conference itself, and in the recommendations of the Platform for Action, the role of non-governmental organizations (NGOs) has been highlighted perhaps more strongly than ever before. NGOs were key players in pushing governments to make specific commitments and in suggesting compromise language for the Conference's final documents; those same documents also look toward NGOs as key players in implementing the actions they recommend (Nota de imprensa, publicada no "site" onecountry.org).

A maioria dos Estados presentes em Beijing teve que reafirmar seu compromisso com a agenda aprovada em Cairo. A soberania da cultura, da nação e da religião mais uma vez centralizou os debates interestatais. As feministas que estavam na Conferência oficial foram bem sucedidas em manter o apoio estatal que haviam conseguido em Cairo, reafirmando na Plataforma de Ação de Beijing as resoluções que haviam aprovado um ano antes. Mais de 2/3 (dois terços) dos Estados participantes confirmaram suas posições em favor dos direitos

²¹ Para o texto integral da Plataforma de Beijing, vide anexo n.2.

reprodutivos, mantendo como questão central, na Plataforma de Ação, o controle pelas mulheres de sua própria fecundidade e sexualidade, bem como o acesso à informação e aos meios de contracepção (De Ravignan, 1996, p.2).

A Plataforma de Ação de Beijing, entretanto, não representou apenas a ratificação das resoluções de Cairo. Além da garantia dos direitos reprodutivos como direitos fundamentais das mulheres, a Plataforma de Ação legitimou a visão de que as relações de gênero perpassavam todas as dimensões da vida social. Tal visão representou uma clara influência dos discursos feministas que se apresentaram no fórum das ONGs. Conforme destaquei acima, um dos discursos feministas que se afirmou em Beijing pretendia legitimar a categoria de gênero como a ferramenta teórica principal para pensar as relações sociais em todos os níveis. Entendia que, não obstante cada relação social se constituir a partir de um contexto específico, o conceito de gênero permitia entender as relações entre homens e mulheres no nível global. Dessa forma, buscaram consolidar a categoria de gênero como aspecto central da política internacional. Tal perspectiva se consolidou no discurso dominante em Beijing, norteando a redação da Plataforma de Ação:

Mainstreaming a gender perspective into all areas of societal development was established as a global strategy for promoting gender equality in the Platform of Action. Mainstreaming involves ensuring that attention to gender equality is a central part of all interventions – analyses, policy development, advocacy, legislation, research, and the planning, implementation, monitoring and evaluation of projects and programmes (Division for the Advancement of Women, 2001, p.15).

O documento final, portanto, legitimou que todas as áreas sociais deviam ser repensadas a partir das relações de gênero. O gênero, enquanto categoria analítica, permitia redefinir o político, revendo espaços de poder e de exclusão. A partir desta constatação, foram discutidos em Beijing temas como financiamento internacional, casamento, trabalho, desigualdade econômica, escravidão, miséria, educação, conflitos armados, direitos dos refugiados e imigrantes, estupro e ordenamento jurídico. Tais questões foram abordadas como dimensões de poder na ordem política internacional que justificavam a discriminação, a tortura e a subjugação das mulheres no plano internacional. A dicotomia Norte-Sul, um discurso defendido por algumas feministas, embora fizesse parte das discussões, não polarizou os debates. Em Beijing, ainda que os atores reconhecessem as desigualdades entre Norte-Sul e aprovassem a ajuda financeira do Norte para

políticas do Sul, o discurso acerca da necessidade de ruptura total com as políticas e paradigmas do Norte não se constituiu na abordagem central. Nesta Conferência, os debates foram realizados de um ponto de vista mais amplo do que pela oposição entre ricos e pobres. De acordo com N'Diaye (1996), ao se analisar a condição das mulheres no plano internacional não era possível estabelecer as dicotomias (ricos/pobres, Norte/Sul). A discussão estava em um outro nível, qual seja, o nível da democracia, da solidariedade e da igualdade (N'Diaye, 1996, p.3). A maioria dos participantes da Conferência via na construção de uma posição dialógica, em que as diferentes visões e os assuntos mais polêmicos fossem ouvidos, uma alternativa preferível. Dessa forma, não venceria um grupo ou outro, mas todas as mulheres do mundo:

In a number of these issue areas, the Platform confronts subjects which were previously taboo, in international discussions at least, such as domestic and sexual abuse, forced pregnancy and the role of degrading or pornographic materials in generating violence against women. These and other topics related to human rights, reproductive health and sexual orientation were often the source of much controversy prior to and during the Conference.

In the end, however, the governments of the world reached a high degree of consensus on all of these issues, creating what many observers hope will be a new international momentum to address not only these subjects but the issue of women's equality and rights in general (Nota de imprensa sobre Beijing, divulgada no "site" onecountry.org).

A diversidade do feminismo que se verificou no fórum das ONGs foi transferida para a Conferência oficial. As mulheres falavam a partir de vários referentes, afirmando diferentes discursos. Qualquer modelo de identidade unidimensional, que propusesse políticas universais em desconsideração às diferenças entre as mulheres que participavam do fórum internacional, estaria fadado a fracassar. Ao mesmo tempo, a maioria das feministas percebia que a afirmação de discursos particularistas, que negassem o valor das conquistas feministas no cenário internacional, poderia representar um retrocesso no feminismo mundial. Apesar das diferenças históricas, teóricas, econômicas e culturais que separavam as participantes, todas estavam lá por um desejo comum de consolidar o feminismo como uma voz internacional. A experiência de Cairo foi especialmente rica neste aspecto. No Egito, as mulheres, não obstante suas diferenças, haviam falado uma única língua contra o movimento de um grupo de Estados que utilizavam a cultura, a religião e a nação para rejeitar os direitos reprodutivos. Tal unidade gerou importantes conquistas para o movimento

feminista no plano internacional. Dessa forma, na Conferência de Beijing, a maioria das feministas sabia que acirrar os conflitos regionais, econômicos e ideológicos, seria declarar a vitória daqueles que tentaram enfraquecer esta Conferência desde o início. A maioria das feministas trabalhou, em Beijing, para legitimar um consenso de aplicação universal, construído a partir da negociação entre significados, práticas e experiências feministas diferentes:

O consenso, que foi paciente e laboriosamente tecido no contexto dos grupos regionais de contato, baseia seus argumentos nas resoluções das conferências precedentes. Se a Conferência de Viena consagrou o princípio da universalidade dos direitos humanos e a do Cairo valorizou o da especificidade das culturas, o precioso consenso esperado a partir de Beijing reside na dialética entre esses dois termos. A universalidade só existe em relação à especificidade, e vice-versa (Romdhane, 1996, p.7).

O diálogo entre o particular e o universal foi o movimento privilegiado nas discussões em Beijing. As participantes entenderam ser fundamental chegar a um consenso que respeitasse as diferenças, mas que não imobilizasse o movimento feminista no contexto internacional. As discussões se deram de forma aberta e transparente e as mais divergentes opiniões foram ouvidas. No final da Conferência, a percepção era de que o documento final, a Plataforma de Ação, havia traduzido o que de mais importante as mulheres presentes em Huairou e Beijing disseram. E ainda que não tenham conseguido tudo o que esperavam, as participantes de Beijing, nas suas diferentes reivindicações, saíram com a esperança de que mudanças ocorreriam. A força do feminismo internacional havia sido demonstrada nos números de uma das maiores conferências sociais da ONU (em torno de 50.000 participantes), bem como na legitimação do princípio da unidade na diversidade. Tal princípio consagrou que universal e particular não eram incomunicáveis. Ou seja, legitimou a visão de que a identidade social podia se construir e se afirmar através da diferença. Permitiu falar de um feminismo internacional, sem silenciar os diferentes discursos sobre a mulher nos diversos espaços sociais. Este princípio passou a nortear as ações políticas no plano internacional, através da bandeira “ação local, mudança global”. Abaixo um discurso que destaca o fortalecimento da voz feminista internacional a partir de sua diversidade:

The most important thing for me was meeting with and knowing that women's groups are alive and strong. I feel very optimistic about the women's movement. There are many strong regional networks - many strong Northern and Southern

women are working together. Though few, we have made gains over the past ten years and now I feel that 'all is realisable'. I feel I have a purpose to work and achieve as part of the world-wide women's movement.

The movement is black, white - all colours together. The distinctions are not there for grass roots women. For me, the opening song at Beijing says it all 'we are moving forward, we will not go back' (Nalini Kasynathan, representante da organização "Community Aid Abroad", 1996).

O sentimento feminista expresso acima não foi possível apenas pela inserção feminista em Beijing. Conforme já destaquei, durante a primeira metade da década de 90, a questão social do *status* da mulher no plano internacional foi destaque em todas as conferências do ciclo social da ONU (Scampini, 2001, p.42). Os movimentos e organizações feministas perceberam que o fortalecimento da agenda feminista no plano internacional passava pela participação efetiva nos fóruns internacionais. Em cada conferência internacional, as organizações feministas foram construindo e reconstruindo sua identidade, sua agenda e seu olhar sobre a política internacional. As feministas foram se conhecendo e reconhecendo como construtoras da política internacional. O olhar feminista em Beijing, predominantemente centrado na solidariedade, foi parte de um processo amplo de legitimação política do feminismo internacional. As organizações feministas incorporaram, de forma gradual, aos documentos e compromissos internacionais uma atenção especial à condição das mulheres. Em Viena, garantiram o *status* de direitos humanos aos direitos da mulher. Em Cairo, conforme apresentei, aprovaram os direitos reprodutivos como agenda central daquela Conferência. Em Beijing, legitimaram uma perspectiva multidimensional de gênero, que perpassava todas as áreas sociais. Apresentaram um olhar em que identidade e diferença não se contrapunham. Mostraram espaços alternativos de articulação política e novos modelos de inserção internacional:

En las pasadas décadas, las mujeres se han vuelto más organizadas y han alcanzado un mayor reconocimiento. Han comenzado a reclamar más y a una mayor transparencia y demandan una permanente rendición de cuentas a los gobiernos a todo nivel. Las mujeres hemos aprendido que en esta nueva era de globalización existen nuevas fuerzas, y por lo tanto nuevos procesos de participación; hemos aprendido que se necesitan nuevas habilidades, producir más conocimientos y capacitarse. El trabajar a nivel global requiere también de capacidades diferentes para poder dialogar con las agencias de la ONU y con los delegados oficiales. Las mujeres hemos aprendido que necesitamos la cooperación de expertas/os con mayor capacidad y conocimiento en estas nuevas áreas; las expertas pueden capacitar aquellas personas que trabajan dentro de las ONG. Hemos también aprendido que todas las voces necesitan ser escuchadas en estos procesos, por lo tanto tenemos que andar el camino hacia ambos lados, de lo local a lo global y de

lo global a lo local. Por último hemos aprendido a funcionar como ‘perras guardianas’, rol que debe jugarse en todos los niveles (Scampini, 2001, p.42-43).

O feminismo internacional, portanto, se afirmou como um ator internacional no contexto da globalização. Houve, indubitavelmente, vários movimentos contraditórios ao longo do percurso. Mas, ao chegar à Beijing, o feminismo internacional, em toda sua diversidade e complexidade, já tinha consciência de seu papel na ordem mundial. Já conhecia os caminhos principais e alternativos para legitimar sua agenda. Tal fato se confirmou pela forma como as participantes da Conferência lidaram com os muitos obstáculos políticos e físicos que se apresentaram até o consenso representado pela Plataforma de Ação, ao fim da Conferência. Os ataques e empecilhos enfrentados pelas mulheres em Beijing decorriam do fato de que elas estavam no centro das grandes negociações internacionais na década de 90 (N’Diaye, 1996, p.3). Para este autor, a grande mobilização contra a agenda feminista (do Vaticano, dos Estados muçulmanos e das autoridades chinesas) foi uma demonstração de força do feminismo na política internacional. As feministas tinham consciência deste processo e não se enfraqueceram diante dos obstáculos. Por terem ganhado visibilidade internacional e estarem conquistando um espaço político importante no contexto global, os interesses defendidos pelas mulheres deixaram de ser ignorados por aqueles que dominavam a política internacional. Esta foi a leitura que a maioria das feministas fez dos problemas enfrentados em Beijing. Dessa forma, ao invés de fazê-las recuar, as dificuldades fizeram com que suas diversas vozes fossem ouvidas:

Apesar de todas as limitações e das reticências do comitê de organização do Fórum das ONGs, preocupado em nada fazer que pudesse provocar a fúria das autoridades do país anfitrião, o que era para ser dito foi efetivamente dito. Graças à sua realização e à insistência das associações, a questão dos direitos humanos na China foi abertamente abordada e, inclusive, publicada pelos meios de comunicação internacionais. A presença, em território chinês, de organizações como a Anistia Internacional e a Federação Internacional dos Direitos Humanos, além de militantes do Tibet, que jamais poderiam encontrar-se em Beijing não fosse o contexto da Conferência, mostra que, ao contrário do que se temia, as mulheres não se deixaram calar. Apesar das muitas intimidações, as mulheres falaram a respeito de tudo: da violência exercida contra elas, dos direitos que continuam lhes sendo negados, assim como dos avanços dos fundamentalistas, que vêm na emancipação feminina a pior das ameaças para a ordem dominante (Bessis, 1996, p.1).

A Conferência de Beijing, portanto, além de confirmar as conquistas feministas das conferências anteriores, legitimou uma nova forma de compreender

e lidar com a diversidade. Em cada uma das conferências, obstáculos e deficiências dentro e fora do movimento feminista iam sendo superados. Ao chegar à China, em setembro de 1995, o feminismo internacional se manifestou a partir de diferentes referentes. A identidade feminista internacional se construiu a partir de parâmetros descentrados, em que discursos diversos se afirmaram. Alguns discursos feministas permaneceram centrados na ética da soberania, apresentando os espaços sociais como incomunicáveis. O discurso que tomava a categoria de gênero como um referencial absoluto, acrítico e imutável reforçava a soberania de um modo particular de compreender as relações sociais. Da mesma forma, o discurso que afirmava a necessidade de romper com os paradigmas teóricos e com as políticas construídas a partir de referenciais diferentes se baseava na ética da soberania. Assim como os que utilizavam as categorias sociais de forma absoluta, as particularistas entendiam que os conceitos sociais traziam em si um significado estático e imutável. O discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e de alguns Estados católicos da América Latina também era soberano, ou seja, centrado na visão de que a religião, a cultura e a nação eram referenciais absolutos e fixos. Dessa forma, a soberania como princípio de construção da política internacional se fazia presente nas discussões de Beijing.

Todavia, paralelamente à legitimação da ética da soberania, uma nova forma de constituir e entender a política internacional se apresentou em Beijing. Esta perspectiva, centrada na solidariedade, buscou reler os diversos discursos soberanos que se apresentaram em Beijing e Huairou, através da visão de que a diferença não impedia a construção de significados sociais comuns. O discurso universalista e o particularista foram ouvidos e interpretados como dimensões diferentes de um mesmo discurso em favor da melhoria efetiva da condição das mulheres no mundo. E para que isto ocorresse, a maioria das feministas em Beijing entendia que era preciso contemplar as diferenças e desigualdades entre as mulheres, sem que uma política global em favor da intensificação do poder social e político da mulher fosse imobilizada. Dessa forma, a Conferência de Beijing acabou por consagrar um novo modelo de articulação política internacional, em que a soberania não se afirmava como princípio único da política internacional. A voz feminista deixava de se restringir ao contexto das relações entre homens e mulheres, entre Estados ricos e pobres, entre feministas do Sul e do Norte, para

construir conceitos e impulsionar mudanças em todas as dimensões sociais. Ao final, a percepção deste grupo de feministas era de que a experiência havia sido produtiva, pois se todas as desigualdades entre homens e mulheres ainda não haviam sido abordadas e superadas, a voz feminista, nas suas variações, se fazia ouvir com cada vez maior força:

Mujeres de todo el mundo se movilizaron para estar presentes en la IV Conferencia Mundial sobre la Mujer que fue quizás la mayor Conferencia que jamás se haya llevado a cabo por las Naciones Unidas y con toda certeza la mayor sobre la mujer. Ya desde 1993 las mujeres se prepararon en forma de articulaciones regionales que prepararon sus posiciones en relación a los temas que enfrentaban, para después influir en el documento final, la Plataforma para la Acción (PAM). Casi 50.000 personas, mas de dos tercios mujeres, asistieron a la Conferencia de Beijing y su foro paralelo, el Foro de ONG de la Mujer de 1995, en Huairou. Las voces y las esperanzas de las mujeres contribuyeron al proceso para que la Declaración y las Recomendaciones rescataran, incluyeran y afirmaran las metas de las Conferencias previa. La Declaración de Beijing y la PAM simbolizaron un plan de acción de gran alcance para intensificar el poder social, económico y político de la mujer, mejorar su salud, hacer avanzar su educación y entrenamiento, promover sus derechos maritales y sexuales, y acabar con la violencia basada en el género. Por primera vez los países llegaron al consenso de que el avance de la mujer y el logro de la equidad de género eran asuntos de derechos humanos y una condición para la justicia social (Scampini, 2001, p.54-55).

4.3

Síntese:

As Conferências do Cairo e de Beijing se inserem no contexto de diversidade e contradição da política internacional contemporânea. A ONU, enquanto espaço político, é uma instituição estadocêntrica, em que os Estados são os construtores legítimos da política internacional. Todavia, ainda que de forma restrita, tal instituição representou, na década de 90, um espaço legítimo de atuação de diversas forças políticas que emergiam no contexto político globalizado. O feminismo internacional é um destes segmentos políticos que se fizeram ouvir através das Conferências da ONU. As organizações feministas estiveram presentes em todas as Conferências Internacionais da década de 90, exercendo um papel importante na formulação de políticas para diversas áreas sociais, tais como: direitos humanos, meio ambiente, população e desenvolvimento. Neste capítulo, analisei os discursos das Conferências do Cairo e de Beijing, em que as organizações feministas desempenharam um papel fundamental.

Tanto em Cairo, quanto em Beijing, a equidade de gênero foi uma questão central nos documentos finais aprovados pelos Estados. No Cairo, os direitos reprodutivos foram legitimados como princípio fundamental das políticas para população e desenvolvimento. Em Beijing, a abordagem transversal de gênero legitimou resoluções que socializavam, em várias dimensões, as relações entre homens e mulheres. Em ambas as Conferências, a soberania predominou como princípio da ação discursiva. Em Cairo, especialmente, as discussões estiveram centradas na soberania de cada um dos diferentes referentes lá representados. Ao fim da Conferência, grande parte dos participantes não se identificava com o consenso de Cairo, afirmando o documento final consolidava o silêncio de vários discursos sobre população e desenvolvimento. Em Beijing, por sua vez, estas vozes silenciadas pelo Plano de Ação de Cairo buscaram reafirmar seus discursos. Em geral, apresentaram discursos pautados na ética da soberania, ou seja, numa visão particular da condição das mulheres no mundo, que excluía todas as outras. Dessa forma, a maioria dos diversos discursos que se apresentou em Beijing reafirmou a ética da soberania. Todavia, um interessante movimento dentro do feminismo internacional questionou esta lógica. Um grupo de feministas, diverso nos seus interesses e origens, afirmou a necessidade de contemplar a diversidade como elemento de constituição da política internacional, e não de conflito. A possibilidade da ação política global, sem desconsiderar as diferenças e desigualdades internacionais, foi a bandeira defendida por estas feministas. Para elas, o descentramento dos discursos feministas mostrou a complexidade e a flexibilidade do feminismo enquanto ator internacional. Tais características fortaleceram a atuação feminista no plano internacional, uma vez que apresentaram o espaço político internacional como contraditório e diverso. Dessa forma, as feministas legitimaram a política internacional como um encontro entre diferentes que não se vêem como inimigos, mas como dimensões distintas de um mesmo processo. O diálogo com o diferente foi uma proposta solidária de ação política, que se baseava no compromisso com a dignidade humana. Um compromisso este que não foi traduzido em referenciais soberanos e estáticos, mas reconstruído a cada interação social.

